

# Tribuna Operária

ANO VI — Nº 215 — DE 6 A 12 DE MAIO DE 1985

Cr\$ 1000

## Vitórias parciais dos metalúrgicos GREVES CONQUISTAM REDUÇÃO DA JORNADA

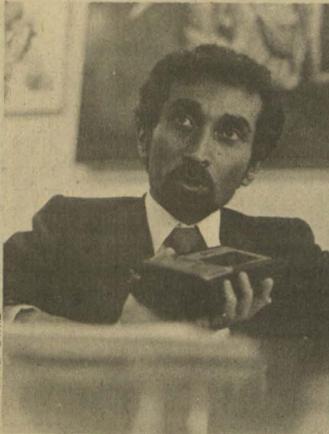
### Para Sarney o PC do B já está em legalização

A audiência no Palácio do Planalto em que o presidente conversou com deputados vinculados às ideias do Partido Comunista do Brasil. Pág. 4

Cerca de 70 mil metalúrgicos, em 200 empresas do ABC e interior de São Paulo, já conseguiram acordos consagrando jornadas de trabalho de 44 ou 45 horas semanais, reajustes trimestrais e aumentos de 5%

acima do INPC. São os frutos da greve que entra em sua quarta semana e dividiu o patronato, que contra-ataca com uma raivosa onda de demissões.

Pág. 8



### A destemida guerrilha do povo de Timor Leste

Ministro da Fretilin fala à TO sobre a resistência à carnificina cometida pela Indonésia. Página 2

EDITORIAL

### O teste das greves

As greves dos metalúrgicos, aeroviários, aeronautas, ferroviários, motoristas, metroviários, constituem um primeiro teste da Nova República no trato das questões sociais. E via de regra nota-se que o governo adotou a orientação de não se imiscuir na disputa que se realiza entre patrões e trabalhadores. Distingue-se assim da ditadura, quando o governo se comportava como superpatrão, usando a força bruta e pressionando no sentido de dificultar os acordos em separado em cada empresa.

Outra diferença significativa ocorre nas categorias consideradas essenciais, como ferroviários e outras. Elas eram enquadradas na legislação de segurança nacional, sofrendo brutal cerceamento dos seus direitos elementares. Podia faltar pão na mesa destes trabalhadores, seus salários e benefícios podiam ser cortados, de acordo com as ordens dos banqueiros internacionais. Mas eles não tinham o menor direito de protestar. Agora, o governo substituiu a polícia pela negociação.

Mesmo em relação à legalidade da greve, uma vez que ainda permanece em vigor a lei antioperária de greve, as coisas mudaram bastante. Apesar do TRT julgar ilegal o movimento dos metalúrgicos paulistas, isto não resultou em intervenção policial. E o próprio ministro do Trabalho continuou fazendo esforços para tentar uma solução negociada entre operários e patrões. Falta contudo revogar a lei de greve.

Evidentemente que esta nova situação não elimina a exploração patronal, nem sequer transforma o aparelho estatal num observador "neutro" do conflito entre o capital e o trabalho. A nova República não é e nem será a solução de todos os problemas de moradia, saúde, alimentação e liberdade dos trabalhadores. Seria ilusão pensar assim. Isto exige transformações maiores, de caráter revolucionário, para

substituir o capitalismo pelo socialismo. O que os operários esperam da democracia é a conquista de melhores condições para lutar em defesa de seus interesses. É a chance de enfrentar o patronato, com greves e outros meios que se impuserem, sem que o governo, violando os mais elementares direitos, interfira diretamente em favor dos poderosos. A Nova República terá que respeitar o direito dos trabalhadores divulgarem suas propostas e mobilizarem as massas para lutar por elas. Ou seja, terá que aceitar a manifestação aberta dos conflitos de classes, sem recorrer ao terror policial como fizeram os generais durante 21 anos.

Estas condições mínimas não vingarão gratuitamente. Sua conquista e manutenção dependem da capacidade de luta do movimento popular. Dentro da própria Aliança Democrática existem reconhecidas posições conservadoras, que farão tudo para limitar as mudanças ao superficial, para não colocar em risco os privilégios das classes dominantes.

Os pronunciamentos dos governantes em favor dos direitos dos trabalhadores e as atitudes práticas tomadas até então — apesar de tímidas — indicam que se ampliou o espaço democrático no país. Mesmo no terreno político, o comportamento do governo em relação ao Partido da classe operária é muito diferente do que vigorava no regime militar. Exemplo disto foi a audiência — que teve grande repercussão — concedida pelo presidente José Sarney a uma delegação de deputados que defendem a política do Partido Comunista do Brasil. Até recentemente o tratamento do governo aos comunistas era o pau-de-arara.

Compete aos operários e demais trabalhadores lutar para que esta situação avance ainda mais. Sem alimentar ilusões e sem cair no sectarismo, o movimento progressista tem pela frente imensas possibilidades.



Policiais militares empurram ônibus na Avenida Celso Garcia, Zona Leste de São Paulo, paralisada pela greve

### Onda grevista chega à área dos serviços estratégicos

Trabalhadores unificados no PISE paralisam aviões, trens, ônibus; a luta se alastra ao Metrô, serviços de água e energia elétrica. Pág. 7

### Propostas dos estudantes para a universidade superar a crise

Artigo de Javier Alfaya, da Comissão de Reestruturação da Universidade. Pág. 5

### Por que os planos da ditadura para o campo fracassaram

Às vésperas do Congresso da Contag, um balanço da desastrosa política agrária pós-1964. Página 6

Maguilla, pedreiro e campeão de box da América do Sul

Ele conta à T.O. como se tornou boxeador.



Foto Marisa Uchiyama

### 1º de Maio sofre

impulso das lutas operárias

A maré de greves em São Paulo deu impulso às lutas operárias e superou a divisão na cúpula. Pág. 10

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# Timor-Leste contra o genocídio

O ministro das Relações Exteriores da Frente de Libertação do Timor Leste (Fretilin), Mari Alkatiri, esteve recentemente no Brasil em busca de apoio para a luta que seu povo trava contra o invasor indonésio. O Timor Leste — pequena ilha entre a Austrália e a Indonésia — foi invadida por este último país em 1975. Na tentativa de sufocar a luta do povo maubere, as forças armadas indonésias puseram em prática uma política de extermínio maciço da população. Das 800 mil pessoas da ilha existentes há dez anos, já foram mortas mais de 200 mil — num silêncio constrangedor das agências noticiosas. Mas, sob a direção da Fretilin, o povo do Timor Leste resiste e atualmente controla 70% do país. Mari Alkatiri, em entrevista exclusiva à Tribuna Operária, fala desta luta pela sobrevivência de seu povo.

**TO — Em que situação está a Fretilin na resistência ao invasor?**

**Mari Alkatiri** — Nós, neste momento, mantemos o controle sobre 70% do território nacional. Preferimos não usar o termo "zona liberada", porque achamos que este termo implica também controle administrativo sobre a população. Nós temos o controle político. Até 1978/79 nós tínhamos o controle de 85% do território e de 95% da população, mas a partir de 1978, quando o inimigo passou a definir a população civil como alvo de seus bombardeios aéreos, tivemos que alterar a nossa tática. Então organizamos rendições em massa e passamos dois terços da população para as áreas ocu-

padadas. Isto tinha vários objetivos, até de caráter militar. Eles deixaram de ser alvo e passaram a nos dar o seu apoio nas áreas ocupadas, porque é uma população politizada e também, no seio dessa população, foram quadros políticos. Eles se infiltraram nas Forças Armadas do inimigo e em 1983 fizeram um levante armado.

Conseguimos restabelecer todo tipo de comunicações com o exterior e neste momento estamos em condições de manter este tipo de guerra indefinidamente se for necessário. O inimigo, incapaz de avançar nas zonas liberadas, tem reprimido a população nas áreas ocupadas, procurando destruir nossa rede clandestina nas áreas ocupadas.



Mari Alkatiri, da Fretilin

Tanto, que nós achamos que depois de mais de 200 mil mortos nós temos que achar outros elementos catalizadores da vitória, que é a solução política. Há uma cortina de silêncio em torno da nossa luta, porque não é de interesse das grandes potências, das grandes agências internacionais divulgar esta mesma luta, uns por desconhecimento, outros porque apóiam a Indonésia.

**TO — A Fretilin tem quantos homens armados?**

**Mari Alkatiri** — Eu não posso lhe dizer quantos homens armados nós temos. Só posso dizer que temos três mil homens em permanente atividade militar, isso sem contar os milicianos. O próprio inimigo admite sete mil homens armados da Fretilin. Nós combinamos dois tipos de luta: a guerrilha propriamente dita, feita pelos destacamentos autônomos, que são as milícias e existem as grandes operações feitas pelas nossas forças regulares, que são as Forças Armadas de Libertação do Timor Leste.

O apoio da população é total, senão seria impossível fazer uma luta de resistência. Depois de dez anos de luta, ainda não recebemos uma única arma do exterior. O nosso primeiro armamento foram as armas deixadas pelo exército português, quando abandonaram o Timor Leste. Com base nisso pudemos capturar outras armas mais modernas ao inimigo, inclusive armas pesadas.

**TO — Devido a grande desproporção entre as forças em luta, qual a importância para vocês do apoio internacional?**

**Mari Alkatiri** — É importante neste momento, porque a própria Indonésia, as suas Forças Armadas, reconhecem que não há solução militar para o Timor Leste. Nós desde o início nunca ambicionamos uma vitória militar clássica sobre nosso inimigo porque não era possível. Desde o início defendemos o princípio do diálogo com a Indonésia, para encontrar uma solução negociada.

Em 1975 os indonésios diziam que acabavam com a resistência em sete dias. Hoje eles reconhecem que não há possibilidade de uma vitória militar para o conflito. Nós queremos uma solução política, com o envolvimento da comunidade internacional para encontrar uma saída para o conflito e que respeite a vontade soberana do nosso povo. A luta armada manteve e consolidou as suas posições e inviabilizou a anexação do nosso país pela Indonésia. Resta agora uma solução política para dar. A comunidade internacional tem um papel importante no apoio à nossa luta.

As Nações Unidas, desde a invasão, já aprovaram nove resoluções rejeitando a colonização do Timor Leste, criticaram a agressão da Indonésia e exigiram a retirada das forças invaso-

ras do nosso país.

**TO — Qual o papel que o Brasil poderia jogar na luta do povo do Timor Leste?**

**Mari Alkatiri** — Nós partimos do princípio que a luta do Timor Leste tem caráter, não só de libertação nacional, como de uma guerra de sobrevivência contra um genocídio. Partindo deste princípio, dizemos que há um dever de todos aqueles, quer defensores dos direitos humanos, quer os defensores da carta das Nações Unidas, todos os países, independentemente da sua filiação política e ideológica, têm o dever de apoiar a nossa luta. Mais especificamente, quando nos referimos aos países da língua portuguesa há uma cultura no Timor Leste que está sendo dizimada e há uma obrigação a nível nacional desses países de apoiar o nosso povo.

Ainda que seja um território longínquo em que nos encontramos, há um vínculo que nos liga ao Brasil e aos países africanos da língua portuguesa, um vínculo histórico cultural que nos liga a Portugal. É isso que deve ser defendido. Portanto, nós viemos aqui em nome do nosso povo, fazer um apelo para a solidariedade dos outros povos.



O exército invasor indonésio chega a decapitar os prisioneiros para pôr fim à Fretilin



A Frente de Libertação tem o controle político sobre 70% do território do país

## Homenagem a nazistas desgasta Reagan

Uma série de derrotas na política externa e o arrogante apoio ao nazismo, concretizado com a homenagem aos SS e outros soldados de Hitler enterrados no cemitério de Bitburg, Alemanha Ocidental, estão levando o governo Reagan a um desgaste sem precedentes nos Estados Unidos. E ao repúdio generalizado junto à opinião pública internacional.

Na semana passada o chefe do imperialismo ianque, Ronald Reagan, deu início a uma *tournee* pela Europa, que tem como ponto alto a visita ao cemitério Bilburg, onde estão os cadáveres de mais de 2 mil soldados nazistas, incluindo 49 SS — a tropa de elite hitlerista. Essa homenagem aos odiados nazistas gerou imediato protesto em todo o mundo. O Senado ianque manifestou-se publicamente contra a visita e pediu a Reagan que a cancelasse. Até os sionistas de Israel, fiéis aliados internacionais da Casa Branca, protestaram.

A opinião pública norte-americana ficou indignada. Segundo pesquisas da imprensa local, apenas 33% da população apóiam a visita. Reagan ficou pé, dizendo que sua reverência aos soldados do III Reich — inclusive os que participaram do massacre de 66 norte-americanos em 17 de dezembro de 1944 — era "moralmente justa". Mas, pressionado, viu-se obrigado a incluir em seu roteiro o campo de concentração de Bergen-Belsen, onde foi assassinada a menina Anne Frank.

Além da Alemanha, Reagan passará também pela Espanha e Portugal. Em todos os países os amantes da paz e da liberdade preparam manifestações de protesto contra o indesejável visitante. Na agenda de Reagan consta a pressão sobre o governo Felipe González, da Espanha, para que este ingresse formalmente na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Nos outros países, cobrará a participação no projeto "Guerra nas Estrelas".

OTAN 60 dias para aceitarem sua participação no financiamento do "Guerra nas Estrelas". Dentro do prazo a Noruega deu sua resposta: não colaboraria no projeto. A Grécia — cujo governo vem ensaiando sair da OTAN — preparava-se para dar também sua negativa. Evitando desgaste maior, Weinberger anulou o prazo de 60 dias, e confessou publicamente ter sido um "erro" chantagear assim os governantes europeus. Para causar ainda mais embaraços aos imperialistas ianques,

houve um acidente com um euromissel que matou três e feriu 16 soldados ianques. O acidente, ocorrido em janeiro, veio à público no final de março, e a Alemanha teve que suspender a instalação dos euromísseis em seu território, para reavaliar a construção das bombas e evitar novos e fatais acidentes. A Islândia e Nova Zelândia, por seu lado, proibiram que barcos com armas atômicas atraquem em seus portos. Como os EUA não revelam quais de seus barcos carregam dessas armas, nenhum pode aportar nesses países.

**REVESES NA AMÉRICA LATINA**

Também a agressiva política dos EUA na América Central sofreu sérios

reveses nos últimos dias. Reagan lançou-se, pessoalmente, numa insana batalha para aprovar no parlamento mais 14 milhões de dólares para os mercenários anti-sandinistas que atuam na Nicarágua. Numa desastrosa orquestração, anunciou que os presidentes da Colômbia, da Argentina e do México, e o Papa João Paulo II apoiavam sua política para a América Central. Foi desmentido publicamente por todas essas personalidades. Até um ex-diretor da CIA, Stanfield Turner, condenou a ajuda milionária aos terroristas que atacam a Nicarágua.

Reagan acabou sendo derrotado no parlamento, e a verba negada aos "contra". Ainda outra orientação ianque deu em água na região: o pri-

meiro-ministro fantoche de Granada, Herbert Blaize (eleito após a invasão do país pelos soldados ianques), reconheceu a inviabilidade da formação de uma "força de paz no Caribe", idealizada pela Casa Branca.

**DIFICULDADES INTERNAS**

Tantos revides externos vêm acompanhados também do descontentamento do povo dos EUA com o governo. Os setores belicistas do país já falam na volta do alistamento militar obrigatório, devido à falta de voluntários para engrossar as Forças Armadas imperialistas. O serviço militar obrigatório foi abolido em 1973, quando era irreversível a derrota dos soldados do Tio Sam no Vietnã.

Além do boicote ao alistamento militar, os norte-americanos realizam também protestos contra a política agressiva da Casa Branca. Um sem número de atos de solidariedade à Nicarágua foi realizado durante a votação da verba para os anti-sandinistas no parlamento. E em 24 de abril, milhares de universitários realizaram o "Dia Nacional de Greve e Protesto" contra o governo racista da África do Sul, que conta com o apoio integral de Reagan. Cerca de 40 universidades pararam e em outras 90 houve manifestações contra o apartheid.

**ECONOMIA EM EXAUSTÃO**

Esses acontecimentos ocorrem no momento em que também a alardeada "recuperação econômica" dos EUA dá sinais de exaustão. As previsões de crescimento não estão sendo alcançadas — como o Produto Nacional Bruto de 1985, por exemplo, previsto inicialmente para 4%, mas que agora já não chegaria aos 3,5%. A inflação, por seu lado, está tendo indícios de crescimento, e as vendas a varejo em março tiveram a sua maior queda dos últimos sete anos: -1,9%.

São sintomas de que o governo Reagan encontrará dificuldades crescentes para continuar sua política agressiva e espoliadora na arena internacional e dentro do país.

(Carlos Pompe)



Reagan não resistiu aos seus instintos e foi saudar os nazistas mortos durante a II Guerra Mundial



**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# A malcheirosa trama para sabotar a Nova República

Existe uma enorme expectativa no sentido de que o governo promova de fato as mudanças acertadas durante a campanha das diretas-já e na luta pela sucessão. Pesquisa divulgada recentemente pelo jornal "Folha de São Paulo" revela que 69,8% da população paulistana acredita que José Sarney cumprirá este programa - sendo que entre os que ganham até quatro salários mínimos este índice sobe para 77,2%. Mas existe também um jogo pesado no sentido de sabotar esta possibilidade e desestabilizar a Nova República.

A própria "Folha de São Paulo" faz parte desta trama desestabilizadora. Há também diversos indícios de que mesmo setores dentro da Aliança Democrática, movidos por ambições mesquinhas, alimentam estas manobras. Isto sem falar no PDS, que é o maior interessado num fracasso a curto prazo do novo governo; e nas hostes petistas e pedetistas, declaradamente comprometidas em desmoralizar e confundir, visando abrir espaço para vantagens e interesses próprios e de grupo.

## MANOBRAS E MENTIRAS

Para se ter uma idéia da ousadia das manobras, a "Folha" divulgou na edição do dia 26 último, com enorme destaque na capa, que as eleições presidenciais diretas ainda em 1985 eram consideradas "inevitáveis". Nas páginas internas desceu a detalhes, "explicando" que tal articulação seria fruto de um acordo entre Aureliano Chaves, Franco Montoro e Ulisses Guimarães.

Mas, no mesmo número, o jornal foi obrigado a revelar sua especulação e má fé, noticiando que Aureliano Chaves desmentiu veementemente qualquer apoio a este tipo de jogo político. Já na edição do dia 27 confessava explicitamente que o ex-vice-presidente não disse em momento algum que queria eleições em 1986. Contudo, jogava logo outro veneno, afirmando, sem revelar nomes, que a afirmação atribuída ao ministro das Minas e Energia havia sido feita por "assessores".

Desta forma, a "Folha", que em passado recente usou dos mais ardilosos argumentos para boicotar a campanha pela eleição de Tancredo Neves, na prática ajudando o odiado

candidato do regime, Paulo Maluf, agora aparece novamente como um instrumento a serviço da divisão das forças democráticas e da desestabilização da Nova República. Para esse fim, não mostra pudor em desprezar as mais elementares normas de fidelidade à verdade dos fatos, criando "notícias", manipulando inescrupulosamente a realidade para apresentá-la em acordo com seus interesses.

## TRAMA DESMORALIZADA

Desmoralizando ainda mais esta trama malcheirosa no último dia 28 o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães afirmou categoricamente que será atribuída da Assembleia Constituinte a ser eleita em 1986 definir a duração do mandato de José Sarney e a data da realização das próximas eleições presidenciais. Assim como os líderes do PMDB na Câmara e no Senado, ele condenou qualquer articulação no sentido de antecipar o pleito.

No mesmo dia, o governador Franco Montoro disse energicamente que "falar em eleições diretas-já será um verdadeiro golpe às instituições". E acrescentou sua posição em favor do cumprimento do programa da Aliança Democrática, que prevê a convocação da Constituinte em 1986, especificando que caberá a ela estabelecer a duração do mandato presidencial.

O compromisso já acertado, tanto por Tancredo Neves como pelas demais forças democráticas, e aceito pelo presidente Sarney, é o de reduzir o mandato presidencial para quatro anos. O resto é tentativa de restaurar o desmoralizado e falido projeto do "man-



José Sarney assumiu para cumprir o mandato de Tancredo Neves

dato-tampão", inventado na época da batalha sucessória dentro do laboratório de casuismos do próprio regime militar, e que foi incentivado, em causa própria, por Leonel Brizola.

Não resta dúvidas de que o país atravessa uma situação de grandes dificuldades. E que a morte prematura de Tancredo Neves serviu como um complicador a mais. José Sarney, que não pediu e não esperava chegar desta forma ao cargo de presidente, encontra obviamente enormes obstáculos para promover o programa de mudanças que os brasileiros esperam.

Mas este tipo de especulações e manobras só têm como objetivo criar novos entraves ao desenvolvimento da democracia e à participação das mais diversas correntes políticas democráticas e populares na solução dos problemas. Queiram ou não, confessem ou não, tais jogadas servem para paralisar o país, que já foi forçado a um mês de imobilidade em função da doença do presidente Tancredo Neves. É impatriótico e antipolítico persistir nestes concha-

vos e especulações de bastidores para sabotar o início do funcionamento da Nova República.

Evidentemente, os trabalhadores não esperam milagres do atual governo, nem a resolução dos problemas de fundo do país, que exigem a realização de um programa revolucionário. Nem se dispõe a seguir como carneiros tudo que o governo decidir. Mas a democracia, tão ampla quanto for possível, interessa principalmente aos operários e estes estão dispostos a empenhar seus esforços, e a se unirem com todos os patriotas e progressistas para defendê-la e pressionar, de forma independente e firme, para que ela realize o máximo de mudanças. Desestabilizar o governo Sarney nesta conjuntura só interessa aos inimigos da liberdade ou aos que estão cegos pela ambição, fazendo consciente ou inconscientemente o jogo da reação. Com a conquista da liberdade o povo encontrará formas de discutir, organizar-se a conquistar as transformações maiores, no sentido de um novo regime social.

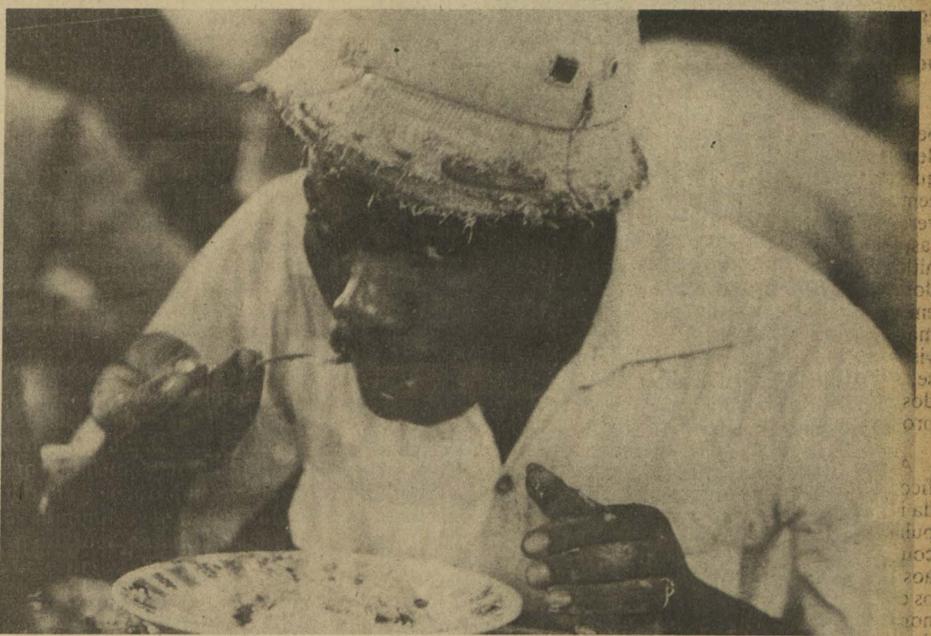
## Novo salário mínimo só dá para dez dias

Com o reajuste de 100% anunciado por José Sarney, o salário mínimo passou neste 1º de Maio para Cr\$ 333.120. Um salário de fome, portanto, criticado pelos trabalhadores porque absolutamente não dá para viver. Mas mesmo ele só saiu após encarniçada luta dentro do novo governo — não tanto por seu valor mas pela brecha que abre na política salarial.

Não é difícil constatar a brecha. Basta ver que os acordos conquistados em várias empresas pelos metalúrgicos em greve no ABC e interior de São Paulo prevêem em geral 5% acima do INPC, e às vezes 4%. Enquanto o reajuste do mínimo é o INPC integral, mais 5,8%.

Isto representa uma mudança na linha ditada pelo FMI e aplicada desde 1981 pelo general Figueiredo, de usar o INPC "seco" como fator de reajuste do salário mínimo a cada 1º de maio e 1º de novembro. É uma mudança que incomoda os banqueiros internacionais, decididos a fazer o trabalhador brasileiro apertar ainda mais o cinto para pagar a dívida externa. É ainda — por que não dizer? — uma derrota daqueles setores da própria Aliança Democrática que vetavam sumariamente reajustes acima do INPC, a pretexto de que "causam inflação". Por fim, e com destaque, é um reajuste que, se desagrado os assalariados, também foi alvo do ataque cerrado dos patrões. "Não é por aí que se vai resolver o problema dos salários baixos", resmungou para a imprensa Luís Eulálio Vidigal, presidente da Fiesp — a poderosa Federação patronal de São Paulo.

O motivo dessa insatisfação



Trabalhador de salário mínimo: para comer todos os dias do mês, só mexendo com a dívida externa

nas classes exploradoras e áreas conservadoras não é o volume do reajuste — que pode ser enquadrado na categoria dos irrisórios. Ademais, o salário mínimo hoje equivale a pouco mais de 6% na massa salarial do país, embora 21 milhões de trabalhadores tenham que viver com ele, ou menos ainda.

O problema — para eles — é a repercussão que o reajuste tende a ter sobre o conjunto dos salários e das lutas salariais. Para começar, ele influi sobre as faixas salariais, não reajustes escalonados, aumentando o número de trabalhadores que terão taxas mais elevadas. E o principal: estabelece um patamar novo para a luta por melhores salários. Se o presidente da República assegurou o INPC mais 5,8%, alegando que "as circunstâncias

associaram a urgência à necessidade", é evidente que os trabalhadores e seus sindicatos, nas próximas campanhas, não têm por que se contentarem com menos que isso.

Desta maneira, a velha política salarial Figueiredo-FMI fica seriamente desestabilizada. Se antes mesmo do novo salário mínimo ela já vinha fazendo água, agora não há mais jeito de remendá-la.

## POR UMA OUTRA POLÍTICA

Ocorre que, se o reajuste de 1º de maio patenteia a falência da antiga linha salarial, não significa a adoção de uma nova política. A dimensão do aumento, meramente simbólica, despertou indignada reação nos meios sindicais — como se podia deixar de ser. Seguindo os cálculos do Dieese, em abril já seria necessário um

salário mínimo de Cr\$ 988 mil para sustentar uma família de quatro pessoas. Ou seja: o salário decretado dá precisamente para se viver durante dez dias do mês.

O novo mínimo fica quilômetros abaixo disso. Não pode ser visto sequer como o começo de uma recuperação salarial efetiva, dados os expurgos que o INPC sofreu. Para que haja a recuperação — prometida pela Aliança Democrática — é indispensável ir buscar o dinheiro aonde ele está, o que significa estancar a sangria que a dívida externa provoca. A luta econômica, por melhores salários, articula-se assim com a batalha patriótica por um tratamento radicalmente novo da questão da dívida. O grande problema que a Nova República ainda reluta em enfrentar.



Laço da justiça ameaça o bom humor de Galvão e Delfim

## Delfim e Galvão no caso Sulbrasileiro

Os ex-ministros Delfim Netto, do Planejamento, e Ernane Galvão, da Fazenda, estão sendo indiciados no processo que envolve o escândalo do Sulbrasileiro. Os dois ex-ministros têm muito a dizer sobre o emaranhado de escândalos e corrupções que caracterizaram os 21 anos de regime militar. É um antigo anseio das massas vê-los na cadeia, "1, 2, 3, Maluf no xadrez; e pra ficar completo, o Figueiredo e o Delfim Netto" era uma das palavras de ordem que mais entusiasavam as massas nas ruas.

Nos escândalos Sulbrasileiro e Habitasul, Delfim Netto procura fazer o gato passar por lebre e se apressa em mostrar sua versão do caso. Afirmado sentir-se "honrado" em poder contribuir com a análise e investigação que determinaram a intervenção nestas instituições, o ex-todo poderoso ministro do regime militar enviou um documento à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga esses casos. Nele se travestiu de ardoroso defensor dos interesses nacionais e, em particular, da economia gaúcha.

Fugindo da questão em pauta (a colocação de dinheiro da União para salvar instituições privadas em inadimplência), disse que o governo recebeu uma proposta de alienação do Sulbrasileiro e Habitasul ao capital estrangeiro, especificamente para o Citibank. Delfim chega a classificar a proposta de "repugnante" e de conteúdo antinacional em seu documento. O advogado Paulo do Couto e Silva, que representava os interesses do Montepio da Família Militar nas negociações destinadas a salvar o grupo Sulbrasileiro antes da intervenção —, não deixou por menos. Qualificou o relato de Delfim de mentiroso, pois a proposta era de desnacionalização parcial do banco: "O Citibank participaria do banco devido à sua longa vivência no Brasil, mas de

forma minoritária". Independentemente da briga para saber quem foi o corrupto, quem foi o vende-pátria, alguns fatos referentes aos desvios de dinheiro público devem ser lembrados.

## MAR DE LAMA

Pessoas como Delfim Netto e Ernane Galvão são conhecidas como envolvidas em diversos escândalos e negociatas que proliferaram durante o mandato dos generais. Assim foi o caso do Grupo Delfim, que chegou a ser dono da maior caderneta de poupança do país e que saudou um débito com o BNH com terrenos que valiam somente a sexta parte da quantia devida. Também no caso da Coroa Brastel, favorecida pela "falta de fiscalização" do Banco Central — que acabou intervindo na instituição, Delfim e Galvão estão implicados. Há ainda o caso das polonetas, onde uma empresa brasileira, ligada a Delfim e Galvão, aceitava notas promissórias no comércio com a Polônia, as quais eram descontadas no Banco Central.

Mesmo antes de ascender ao Ministério do Planejamento, Delfim já praticava o enriquecimento ilícito. Quando era embaixador do Brasil em Paris, cobrava polpudas comissões em negociatas com bancos franceses lesivas à economia brasileira. A embaixada ficou conhecida como "Embaixada 10%". São casos que atestam que o regime militar e seus serviços não tiveram nada a ver com a defesa dos interesses nacionais e a proibição do trato da coisa pública.

O que se espera agora é que as investigações sobre o Sulbrasileiro desaguem na punição dos responsáveis pelo desvio de recursos públicos e, mais, que todos os casos de corrupção e negociata sejam objeto de investigações e punição por parte do governo da Nova República. E, para isso, é imprescindível a mobilização popular.

**Ganhe dinheiro ajudando a Tribuna**

Se você dispõe de tempo e precisa de dinheiro, procure-nos. Precisamos de vendedores para a Campanha de Assinaturas da Tribuna Operária. Oferecemos ajuda de custo fixa, comissões, prêmios e uma boa oportunidade de ajudar a imprensa operária. Maiores informações na nossa Redação (rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo) ou em qualquer uma das nossas 50 sucursais em todo o país.

# Sarney recebe deputados que apóiam o PC do Brasil

Pela primeira vez em 30 anos, uma bancada de deputados identificada com as posições do PC do B é recebida pelo presidente da República. O Partido Comunista do Brasil já não é um partido clandestino, mas em legalização. Esta opinião foi externada pelo presidente José Sarney, no dia 29, aos 12 deputados federais e estaduais que compareceram ao Palácio do Planalto para manifestar solidariedade ao sucessor de Tancredo Neves e reivindicar a legalização imediata do PC do Brasil.



Parlamentares identificados com as posições do PC do B recebidos pelo presidente Sarney

Numa audiência que obteve grande repercussão nacional, os parlamentares ouviram José Sarney afirmar que os comunistas não são mais clandestinos, faltando apenas obter a legalização. O novo presidente da República informou aos deputados que a solução dos problemas imediatos do país virá a partir do momento em que puder reunir todas as forças e correntes sociais e políticas em torno de uma mesa para discutir amplamente o assunto. O presidente assegurou que nesta mesa tem de estar presente o PC do B.

## ENCONTRO HISTÓRICO

Sarney externou também sua grande preocupação de acabar com a violência no campo, reconhecendo a necessidade, para isso, da reforma agrária. Assegurou ser necessário repor as perdas que os trabalhadores tiveram no salário-mínimo, o que, entretanto, deve ser feito considerando os limites impostos pela realidade, mesmo tendo em vista prazo curto.

O deputado federal Haroldo Lima, da Bahia, afirmou que o presidente considerou a audiência "um encontro que marca época na história do país". O deputado-operário Aurélio Peres, de São Paulo, informou que Sarney "demonstra que está procurando assumir uma postura que mereça o respaldo popular, imprescindível para governar um país em crise". Aurélio lembrou que, desde Juscelino Kubstchek, é a primeira vez que um presidente da República recebe parlamentares que apóiam o PC do B.

Para o deputado-operário, o presidente da República tende a merecer o apoio das grandes massas, desde que se mantenha fiel aos compromissos de mudança da Aliança Democrática: "Qualquer tentativa de desestabilizar Sarney significa colocar o processo de mudanças num perigo de retrocesso. Por isso é negativa a proposta de eleições diretas ainda este ano. Sarney tem legitimidade e con-

dições de assumir o governo, levando adiante as reformas necessárias e promovendo a democratização, através de uma Assembléia Constituinte livre e soberana".

Para o deputado federal José Luiz Guedes, de Minas, as propostas do Partido Comunista do Brasil levadas ao presidente correspondem às aspirações das massas trabalhadoras e particularmente dos grevistas, "que querem a solução positiva das suas reivindicações — um aumento salarial acima do INPC, 40 horas semanais de trabalho, legalização das comissões de fábrica e estabilidade no emprego". São propostas que, no dizer do deputado federal goiano, Aldo Arantes, devem ser atendidas "para que os trabalhadores e os patrões entrem numa via favorável ao estabelecimento de um acordo". Segundo Arantes, somente a solução dos problemas que estão na base das greves encaminhará esses movimentos para o seu término.

## VIOLÊNCIA NO CAMPO

"Nós levantamos para o presidente a nossa preocupação em relação à estrutura injusta no campo e em relação à violência contra o trabalhador rural e sentimos a preocupação do presidente no que se refere a estas questões. Tanto que nos informou que implantaria o Ministério da Reforma Agrária", revelou o deputado estadual Luis Pedro, do Maranhão.

Concluindo, afirma o deputado maranhense: "Acreditamos que a adoção de medidas como a reforma agrária servirão para retirar o Maranhão da condição de Estado dos mais pobres do Brasil e restabelecer a dignidade do sofrido trabalhador da região". No Maranhão, foram assassinados 15 trabalhadores rurais em 1984 por questões de terra, entre os quais o líder sindical Raimundo da Silva, Nonatino, do STR de Santa Luzia e membro do Comitê Regional do PC do B. (da sucursal de Brasília)

# Aurélio: "A classe operária quer desenvolver a democracia"

O deputado federal operário Aurélio Peres (PMDB-SP) foi o único parlamentar a registrar, na Câmara dos Deputados, a passagem do Trabalhador. Na oportunidade, Aurélio explicou por que a classe operária deposita esperanças na Nova República e por que mantém a sua independência política. A seguir, trechos do pronunciamento:



Aurélio: "futuro nos pertence!"

Comemoramos o 1º de Maio, Dia da Solidariedade Internacional dos Trabalhadores. Para nós, uma data não de festas, mas sim de combate contra a burguesia monopolista e os exploradores nacionais e estrangeiros.

Este 1º de Maio deve ser um momento de profundas reflexões para a classe operária e as demais classes trabalhadoras do Brasil. Dessas reflexões dependerão o encaminhamento de nossas lutas presentes e futuras.

## 1º de Maio Unido

Um primeiro fato importante a destacar é que o 1º de Maio deste ano será comemorado de forma unitária em praticamente todo o país. Hoje, os trabalhadores estão unidos em torno de uma plataforma de reivindicações políticas e econômicas que inclui desde o desatrelamento dos sindicatos do Estado até a diminuição da jornada de trabalho para 40 horas semanais e os reajustes salariais trimestrais. Mais do que nunca, os trabalhadores estão convencidos de que a unidade é a condição essencial para o avanço de suas lutas. Eles

têm a consciência de que os fomentadores da divisão, na verdade, são inimigos contra quem devem combater.

A conjuntura política do país deve ser outra das grandes preocupações dos trabalhadores neste 1º de Maio. É importante ter claro que o regime militar de 1964 foi politicamente derrotado pela Aliança Democrática, através das candidaturas indiretas do saudoso presidente Tancredo Neves e do presidente José Sarney.

É evidente que esta derrota ainda não se completou. Continua formalmente em vigor leis e atos de exceção do regime anterior, que totem e impedem a organização livre e autônoma dos trabalhadores. Persiste, portanto, a necessidade de botar abaixo toda esta estrutura jurídica caduca, o que, esperamos, seja feito pela Assembléia Nacional Constituinte.

Causa-nos preocupação, por outro lado, a manutenção da estrutura repressiva montada pela ditadura militar. Sem falar das Forças Armadas, estão aí, intocados no fundamental, o famigerado Serviço Nacional de Informações e seus apên-

lices, as DSIs e ASIs. A Polícia Federal, por sua vez, continua sendo comandada por antigos servidores da ditadura, por expressa exigência da chamada "Comunidade de Informações".

Esta situação indica que a marca do novo regime é a da contradição. De um lado, estão aqueles que lutam para que as mudanças já conquistadas sejam aprofundadas. De outro lado, estão os que ainda não aceitaram tais mudanças e que, provavelmente, se esforçarão para fazer a roda da História girar para trás.

Infelizmente, mas como não poderia deixar de ser, na área econômica também se manifesta a contradição de que falamos acima. O ministro João Sayad, por exemplo, passou a defender o surrado e falso argumento de que reajustes salariais acima do INPC são causa de inflação, esquecendo-se das lições que pregava quando fazia oposição ao regime militar. Para nós, as raízes da inflação encontram-se não nos salários achatados dos trabalhadores, mas na forma do endividamento externo do país, nos juros brutais e especulativos do sistema financeiro, na arcaica estrutura fundiária do país.

Quem mais se beneficia com o avanço da democracia neste país são justamente a classe operária e os trabalhadores. É por esta razão que estamos apoiando o governo do presidente José Sarney no que ele tem de positivo, no que ele possa significar mudanças efetivas a favor dos interesses populares. Mas nós saberemos manter a nossa independência política e não titubaremos em condenar as medidas do governo de Sua Ex-

celência que prejudiquem os interesses nacionais, populares e operários.

Neste 1º de Maio, gostaríamos de frisar que a classe operária tem um projeto político definido, próprio. Esta classe, que é o principal sustentáculo do país, almeja conquistar o poder político da nação. Nós também queremos subir a rampa do Palácio do Planalto, na condição de governantes.

## Projeto Socialista

Temos a consciência de que esta questão não está colocada na ordem do dia. Espezinhada, massacrada nos últimos 21 anos, a classe operária foi afastada do cenário político a ferro e fogo. Temos então de aproveitar os espaços democráticos que todo o povo brasileiro conquistou para reaprender a fazer política, preparar-nos para o futuro exercício do poder. Por isso a democracia da Nova República, ainda que limitada, ainda que formal, ainda que incompleta, nos interessa. Faremos tudo o que estiver a nosso alcance para aprofundar estas conquistas democráticas.

Porém, não podemos nos contentar com a democracia que a burguesia pode nos oferecer. A democracia que a classe operária e os trabalhadores desejam é muito mais avançada, muito mais completa, muito mais concreta. É a democracia socialista, onde a liberdade e o direito à dignidade humana não serão apenas retórica e promessa para os que trabalham.

O socialismo é o projeto político da classe operária. O socialismo é o direito dos trabalhadores brasileiros. Não temos dúvida: o futuro nos pertence!

Foto: Kennedy



Foram vendidos 100 jornais e distribuídos 5 mil folhetos da TO no Acre

# Acre inicia com força Campanha Nova República da T.O.

No Dia do Trabalhador, 1º de Maio, teve início a Campanha Nova República da *Tribuna Operária*. A Campanha visa ampliar a difusão do jornal e sua tiragem, aumentando assim a propagação da política da classe operária entre os setores da sociedade. Em Rio Branco, Acre, os tribuneiros abriram a campanha com chave de ouro, com uma extensa panfletagem na cidade e o aumento da venda do jornal.

Juntamente com a nova diretoria da Associação dos Moradores da Estação Experimental, a sucursal da TO no Acre lançou o núcleo de vendas naquele bairro da capital, com um ato público, dia 27, na Feira Livre.

A Estação está se batizando nas lutas travadas pela Associação. Recentemente 500 posseiros ocuparam uma zona inerte nas proximidades, e o prefeito Flaviano Melo desapropriou, em razão disso, uma área na capital para alojar mais de 1.500 posseiros. Dentro desse clima de combate, foi lançada a Campanha Nova República da TO, com muita receptividade.

Foram distribuídos 5 mil panfletos explicando a linha do jornal. Um mural, logo às 6 horas da manhã, expunha as principais campanhas democráticas defendidas pelo jornal nos últimos anos. Um carro volante chamava os moradores para o lançamento da campanha. Várias entidades, populares compareceram para prestigiar a TO. De Marcos Afonso, da Comissão pela Legalidade do PC do B, a Júlio Gondin, presidente da Associação. Gondin destacou a importância "de se lutar por um jornal que defenda os reais interesses dos trabalhadores e do proletariado brasileiro. Um jornal que fala das panelas vazias, da fome, da miséria, do baixo salário. Que propõe a aniquilação do sistema capitalista e a construção de um novo mundo. A Tribuna Operária veio para ficar".



Apoio imediato à Campanha da TO

Rapidamente foram vendidos 120 jornais e distribuídos mais de 200 edições antigas. Para a representante do Núcleo de Vendas, Maria Auxiliadora, "a campanha pegará fogo. Venderemos mais jornais e também a revista *Princípios*. Mesmo no Acre, nesta terra distancíssima, estamos na batalha em defesa da imprensa operária".

Emocionante foi o depoimento de Francisco Ribeiro, agricultor e vendedor na Feira Livre: "Eu tenho 65 anos, nunca pude estudar. Por isso não sei ler. Mas comprei o jornal e vou comprar toda semana. Aí eu chamo meu compadre, que mora há uma hora da minha colônia, pra ele ler pra mim. Faço isso porque sei que vale a pena. Esse jornal é porreta". (amigos da TO na Estação Experimental — Rio Branco, Acre)

# Paranóica acusação da "Veja" contra o PC do B

Mais um órgão da chamada grande imprensa tratou de reproduzir as fantasiosas acusações já veiculadas pela "Folha de São Paulo" de que o PC do Brasil teria realizado acertos "com o SNI para evitar um fantasioso seqüestro do esquife do presidente Tancredo Neves para carregá-lo nos ombros até o Palácio do Planalto.

Não se trata de engano. A "Veja" agiu obviamente da má fé, utilizando recursos da imprensa marrom para desmoralizar o deputado federal baiano Haroldo Lima que, segundo a revista, teria feito o tal "acordo" com o SNI. Haroldo Lima já havia feito um desmentido sobre a absurda invenção do SNI, divulgado amplamente. Portanto, ao ratificar a acusação e ainda especular sobre en-

dimentos do parlamentar com os órgãos de informação, a "Veja" só quis colocar mais lenha na fogueira e desmoralizar o Partido Comunista do Brasil. O que, de resto, sempre procurou fazer, mesmo nos períodos mais duros do regime fascista.

Haroldo Lima, em nota, distribuída à imprensa, repudia cabalmente esta manobra e argumenta que as informações atribuídas ao SNI "demonstram preocupação quase paranóica das autoridades militares com a presença do povo nas manifestações de rua de qualquer caráter, revelando que determinados hábitos do regime autoritário infelizmente ainda não foram totalmente esquecidos por alguns setores". Inclusive pela revista "Veja", que, aliás, não publicou o desmentido de Haroldo.

## Morre ex-constituente balano

Faleceu, dia 24 de abril, o ex-deputado da Constituinte de 1946 pelo Partido Comunista do Brasil, Milton Cayres de Brito. O ex-deputado morreu em Salvador, Bahia, vítima de infarto do miocárdio. Amigos e políticos participaram do seu sepultamento no Cemitério do Campo Santo.

Baiano de Paramirim, Milton Cayres era formado em Medicina pela UFBA. Com o fim da II Guerra, a redemocratização do país e a legalização do PC do Brasil, foi

eleito deputado constituinte por São Paulo. Após a Constituinte, Cayres renunciou ao mandato de deputado federal e se candidatou a deputado estadual em São Paulo, para participar da elaboração da Constituição estadual. Com a cassação do registro dos comunistas, em 1948, pelo governo Dutra, retornou à Bahia e foi carpinteiro. Em 1963, ingressou na UFBA e na Escola de Comunicação, como professor, aposentando-se em janeiro passado.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## Revogação da Lei Antigreve

Usem a lei! É a exigência diária do patronato em relação à greve dos metalúrgicos paulistas. E a Nova República vive a contradição de, por um lado declarar que reconhecerá o legítimo direito de greve e, por outro, ter ainda em vigor a lei de greve — que deveria chamar antigreve pois na prática proíbe qualquer paralisação.

## JUSTO MAIS ILEGAL!

A situação é tão absurda que mesmo quando os juizes consideram justas as reivindicações dos operários, para cumprir a lei, são forçados a decretar a ilegalidade do movimento paredista.

Nestes 21 anos de regime militar, o crescimento econômico apoiou-se na penetração do capital estrangeiro e na brutal exploração da classe operária. Com este fim foi imposta uma legislação fascista, protegendo acintosamente o capital e cerceando os mínimos direitos do povo. A lei de greve é um dos principais instrumentos desta política.

Em função disto, apesar da grave crise que atormenta o país, as grandes indústrias continuaram auferindo lucros fabulosos — muitos patrões chegam a declarar cnicamente que a crise ainda não chegou na sua empresa. Enquanto isto, os operários passaram a trabalhar num ritmo alucinante, tiveram a jornada prolongada de 8 para 10, 12 e até 14 horas, recebendo um salário cada dia mais minguado, enfrentando ao mesmo tempo uma carestia jamais vista na história do país. Logo a seguir passaram a conviver com índices absurdos de desemprego, milhões de trabalhadores vivem literalmente em condições de miséria, atirados nas favelas, condenados até à mendicância.

## LEI ANTIPOVO

Apesar de tudo isto, pela lei de greve, qualquer protesto está proibido. Dezenas de sindicatos sofreram intervenção porque ousaram desrespeitar esta norma da ditadura. E inúmeros dirigentes sindicais foram processados pela lei de segurança nacional, igualmente fascista, irmã da lei de greve. Milhares de operários foram presos, espancados e até mortos porque reclamavam condições dignas de vida.

Para consolidar a vitória democrática alcançada contra a ditadura, e para promover as transformações indispensáveis ao progresso do país, é imprescindível por fim, com urgência, à lei de segurança nacional e todo o sistema "legal" montado pelo regime militar.

Os patrões usam argumentos sofisticados a fim de negar a redução da jornada para 40 horas semanais e impedir os reajustes trimestrais. O reajuste diz respeito a inflação passada, visa unicamente repor o poder aquisitivo deteriorado pela alta do custo de vida, não é aumento salarial. A negativa tem duas razões: os capitalistas pretendem ter a mão em capital extra, durante alguns meses, a custa dos operários, e o acordo com o FMI fixa o prazo de seis meses para os reajustes, cumprindo a orientação de tornar o investimento no Brasil atrativo devido ao arrocho imposto aos que trabalham. Para cumprir estas determinações é que exigem o uso da lei. Esta legislação é antipovo e antinacional, e incompatível com a orientação de mudanças da Nova República.

## LUTA MAIOR

Por tudo isto, fica evidente que a luta não se esgota na revogação das leis fascistas. E preciso ir mais longe. O Brasil precisa livrar-se da tutela do FMI revogando os acordos com esta agência imperialista. E precisa de uma nova Constituição, que assegure os direitos elementares dos trabalhadores e defenda a soberania nacional. (Rogerio Lustosa)

# Juntar as forças para mudar o ensino na Universidade

O debate sobre o ensino universitário possui agora um novo cenário, a "Comissão de Reestruturação do Ensino Superior", criada pelo ministro Marco Maciel e instalada pelo presidente José Sarney dia 2 de maio. A comissão é de caráter consultivo e tem como objetivo apresentar propostas ao ministério da Educação.

Ao final de seis meses a comissão deverá apresentar um relatório global, devendo no entanto indicar resultados parciais no transcorrer do período, elaborando inclusive propostas de emenda constitucional, de decreto, portaria ou regulamento. Isso permite uma intervenção rápida em torno de assuntos candentes no seio da Universidade, como dotação orçamentária e questões salariais.

O surgimento deste instrumento é fruto das mudanças ocorridas no país com o nascimento da Nova República e das pressões exercidas durante anos para que as decisões sobre a Universidade fossem tomadas com a participação da sociedade e, em especial, das instituições científicas e da comunidade universitária.

Ao pensar em fazer propostas de modificações imediatas ou de médio alcance, é necessário ter coerência com uma visão estratégica da Universidade, como instituição que um dia será popular no duplo sentido: de ter seu acesso aberto ao povo e particularmente aos trabalhadores, e de formar gerações de técnicos, cientistas, professores, artistas, intelectuais, comprometidos com o esforço pela elevação do nível cultural da população e da melhoria das suas condições de vida material — uma Universidade que sustente o avanço técnico-científico do país assentado num processo econômico independente e respeitador da soberania nacional.

Dentro da comissão estão representados interesses diversos e provavelmente contraditórios e por isto é de se esperar uma disputa política em seu interior. Se faz necessário portanto que os interessados nas mudanças acompanhem de perto seu trabalho e façam uso de seu poder de persuasão e pressão para garantir os pontos de vista mais progressistas.

## Compromissos com a Universidade pública gratuita

O que deve ser proposto na comissão em termos de diretrizes gerais para uma nova Universidade e especialmente quanto às reivindicações estudantis? Começemos por algumas questões



Passeata estudantil em 1977. Hoje os problemas continuam os mesmos

básicas:

O presidente Tancredo Neves assumiu, em nome da Nova República, compromissos com a universidade pública e gratuita. Em seu encontro com docentes na Universidade de Brasília, em dezembro do ano passado, afirmou que a "prioridade do governo é, sem dúvidas, para com a universidade federal autárquica". Falou em "expansão de vagas nas universidades públicas", criticou o elitismo do vestibular, reafirmando a "educação como direito de todos e dever do Estado, e defendeu "maior fiscalização por parte do governo sobre a rede privada, especialmente no que diz respeito à qualidade do ensino". Ao mesmo tempo falou em "reconstrução do ensino superior no Brasil" defendeu a autonomia acadêmica, administrativa, financeira das universidades públicas, criticou duramente o corte de verbas para o MEC pelo regime anterior e conclamou "as organizações culturais, sociais, científicas e políticas para contribuírem na formulação de uma verdadeira política nacional de educação". Em mensagem à Conferência Brasileira de Educação comprometeu-se com a aplicação já em 85 da emenda João Calmon.

## Propostas que devem ser enriquecidas

O pronunciamento de Tancredo e suas respostas durante o debate que se seguiu deixaram clara uma posição democrática, aberta e comprometida com as mudanças almejadas historicamente por todos nós. Qualquer desvio desse rumo significará rompimento não só com o que a comunidade universitária e a juventude reivindicam, mas também com o pensamento do símbolo maior na Nova República.

As propostas apresentadas neste artigo são idéias iniciais e poderão ser enriquecidas e deverão integrar um leque muito maior de sugestões e propostas que aparecerão nesse período de seis meses.

### I. Quanto ao financiamento da universidade:

O orçamento previsto para o Ministério da Educação e Cultura (é bom lembrar que foi desmembrado em dois ministérios) era de pouco mais de Cr\$ 4 trilhões, o qual sofreu um corte de 15% no fim do governo Figueiredo e outros 10% pelo atual Ministro da Fazenda, Franciso Dornelles. Isso agrava a situação já crítica das universidades federais. Torna-se urgente a aplicação da emenda João Calmon que prevê 13% do orçamento fiscal para a educação superior. É necessário esclarecer que o Ministério da Educação é responsável pelo ensino superior e as prefeituras e governos estaduais pela rede pública de 1º e 2º grau, respectivamente. A participação do Ministério da Educação no financiamento do ensino básico num país com mais de 130 milhões de habitantes, dimensões continentais e organizado sob a forma de federação é necessariamente complementar e de pouca relevância. Os problemas do ensino básico só serão resolvidos com uma reforma tributária profunda que ofereça condições aos Estados e municípios de cumprirem os compromissos com a educação.

As verbas deverão ter destinação definida a partir de decisões democráticas tomadas no interior de cada universidade, garantindo sua autonomia e permitindo o remanejamento de recursos das verbas recebidas de acordo com as necessidades de cada universidade.

Quanto às particulares, torna-se urgente estancar o processo de evasão escolar (em 1981, 121.000 estudantes largaram seus cursos).

Para tal é necessário que os reajustes das anuidades sejam inferiores ao nível da inflação e devem ser definidos ouvindo as entidades estudantis.

Os subsídios às escolas particulares precisam ser controlados e somente liberados quando trouxer benefícios claros aos estudantes ou melhoria das condições de trabalho de professores e funcionários. O processo de subsídios permanentes por parte do Ministério não tem sentido se não vier acompanhado de intervenção e encampação por parte do Estado em que se situa a instituição em crise. A CNBB sugeriu que o Estado mantivesse financeiramente as Universidades Católicas para tornar o ensino gratuito ou pelo menos mais barato, porém o controle político, administrativo, pedagógico e ideológico permaneceriam nas mãos da Igreja. Isso contrariaria profundamente o conceito de universidade pública e gratuita e democrática.

O aumento de verbas deve permitir não só a reativação em todo o seu potencial do patrimônio universitário, com o funcionamento pleno de seus serviços, equipamentos, edifícios, laboratórios, bibliotecas, e o atendimento das reivindicações salariais dos funcionários e professores, como também permitir a expansão do número de vagas das universidades públicas, fazendo com que cresçam a nível de poder absorver a maioria dos jovens aptos a ingressar na universidade.

### II. Quanto à democratização:

É urgente acabar com a estrutura autoritária que hoje existe nas escolas públicas e particulares, permitindo a eleição direta dos dirigentes e criação de instâncias com participação de professores, estudantes e funcionários. Os estatutos e regimentos das universidades devem ser reelaborados com base na opinião democraticamente expressa pela comunidade universitária.

A presença nas universidades públicas de filiais do Serviço Nacional de Informações é absolutamente incompatível com a democracia. A espionagem tem que ser abolida do meio universitário.

### III. Quanto aos currículos

Nestes vinte anos de ditadura os currículos dos cursos universitários foram alterados arbitrariamente, subtraindo o conteúdo crítico e a visão social no ensino nas mais diversas áreas. Há um verdadeiro amontoado de absurdos no que se refere ao conteúdo das matérias. Em geral o currículo é dissociado da realidade econômica, social e cultural, sendo a universidade está inserida sendo assim, tornando-se

cessário abrir um processo organizado e simultâneo de redefinição dos currículos a partir da participação das entidades culturais, estudantis, instituições científicas, sindicatos vinculados à área específica. No caso de medicina, por exemplo, participariam a Associação Brasileira de Medicina e suas seções regionais, Sindicatos dos Médicos, diretores, professores, etc.

### IV. Quanto à organização dos cursos e matrículas

Os estudantes reivindicam a volta da matrícula seriada nas universidades públicas, por bloco de disciplinas, rompendo o atual sistema de créditos implantado pela reforma universitária da ditadura e criando turmas de ingresso (exemplo: turmas de 81, 82, etc) que permaneceriam homogêneas até o final do curso, garantindo dessa maneira integração maior do estudante, melhorando o aproveitamento dos estudos e garantindo a unidade de cada curso que hoje está destruída, em função das turmas mistas com alunos de diversos cursos, em faculdades diferentes daquela à qual está originalmente ligado.

Reivindica-se também a organização dos cursos em horários matutino, vespertino e noturno, possibilitando aos estudantes trabalharem, estagiarem ou fazerem trabalhos escolares extra-universidade, aproveitando o tempo de maneira mais racional. Esta medida vem também no sentido de democratizar socialmente a universidade, pois facilita o ingresso nas públicas de jovens que trabalham durante o dia.

## Uma escola em favor da maioria empobrecida

A discussão acerca das medidas a serem adotadas pelo atual governo não deve obscurecer o grande debate sobre a função social da universidade no Brasil de hoje. Nossa luta histórica é por uma universidade que seja instrumento do avanço social e cultural em favor da maioria hoje empobrecida e sem direito à educação.

A constituição da comissão será motivo para desvirtuar-se com mais força a luta em prol de uma nova Universidade. Cabe-nos mobilizar os estudantes, professores e funcionários, setores ligados ao ensino, ciências e artes para que, juntando nossas forças, possamos lutar melhor. Desta vez para mudar mesmo!

Javier Alfaya (ex-presidente da UNE e membro da Comissão de Reestruturação da Universidade) sendo assim, tornando-se

## Como se organiza a Comissão

A Comissão é composta por 35 membros, sendo que 14 são professores, dois reitores, um funcionário, um estudante, uma secretária municipal de educação (São Paulo), um sindicalista (farmacêutico de São Paulo), um empresário e uma pedagoga. Entre os 14 professores, três são dirigentes de instituições de ensino ou pesquisa, quatro são apenas docentes, e outros possuem atividades diversas. A Comissão é presidida pelo professor Caio Tacito, membro do Conselho Federal de Educação.

É fácil perceber que estudiosos do mais alto gabarito poderiam estar presentes na comissão. Deveriam ter presença maior de estudantes, funcionários, como de outros segmentos ligados à educação, às artes, às ciências, etc. Nem reitores das universidades federais autárquicas (das mais importantes e tradicionais do país) estão lá representados, já que o único reitor de universidade pública é da Fundação da Universidade Federal do Mato Grosso.

Estas observações, no entanto, não tiram

o mérito da Comissão que tem entre seus membros, representantes das correntes de pensamento mais avançado da educação e elementos comprometidos com as causas do ensino público e gratuito e da universidade democrática.

O decreto ministerial que criou a comissão diz no artigo primeiro, parágrafo 3º, "por iniciativa do plenário ou da Previdência, a Comissão deverá fazer um trabalho de consulta e elaboração conjunta com a comunidade universitária, instituindo desta maneira um método democrático de trabalho.

Tanto a Comissão como as entidades como a UNE, FASUBRA e ANDES, DCE's e outras devem somar esforços em prol das mudanças necessárias. As entidades devem convocar a Comissão para o debate e também dirigir-lhe as reivindicações e propostas para que a comissão possa, a depender das correlações de forças dentro da referenda-las e assim transformá-las também em propostas oficiais a serem levadas ao ministério da Educação.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# A anti-reforma agrária após 64

Nos 21 anos de ditadura militar os generais aplicaram no campo uma política de concentração de terra e de produção voltada para a exportação. Criaram dezenas de órgãos, investiram numa série de projetos anti-sociais. Nunca o governo interveio tanto no campo, mas sempre para favorecer os grandes proprietários. E o resultado final foi o fiasco. Com a Nova República todos estes órgãos e projetos deverão ser rediscutidos. O movimento sindical dos trabalhadores rurais já tem formulado um elenco de propostas neste sentido. O 4.º Congresso Nacional da Contag, em fins de maio, servirá, com a força de sua representatividade, para sistematizar melhor e impulsionar as mudanças desejadas.

Contag rumo ao 4.º Congresso



Logo no início do ciclo militar, com o golpe de 1964, os novos governantes esbarrraram num impasse: como modernizar nossa agricultura sem, contudo, tocar na estrutura dos latifúndios. Afinal, os latifundiários, conhecidos baluartes da reação, foram uma das principais bases de sustentação do golpe e agora cobravam maiores benesses do poder e maior repressão ao movimento popular no campo.

Em 30 de novembro de 1964, o Congresso Nacional aprovou a lei 4.504, mais conhecida como Estatuto da Terra, proposta pelos novos ocupantes do Palácio do Planalto. Com esta lei os militares objetivavam apaziguar os ânimos do potente movimento camponês do início da década de 60. O Estatuto da Terra é uma solução de compromisso sem terra. Estabelecia um Fundo Nacional de Reforma Agrária (FNRA) para garantir suporte financeiro ao processo de distribuição das terras e criava o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), ligado diretamente à Presidência da República, com a atribuição específica de cuidar dos problemas em relação à propriedade da terra. As outras tarefas referentes à atividade agrícola no país, como colonização e tributação, ficavam a cargo do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA) e do Ministério da Agricultura.

Mais tarde, em 1969, através do AI-9, o governo tomava nova medida reformista em relação a um dos principais obstáculos jurídicos à realização de qualquer mudança no campo:

a exigência da indenização prévia e em dinheiro pela desapropriação. Pelo novo ato, os órgãos governamentais poderiam fazer a desapropriação por interesse social como pagamento em títulos da dívida pública, resgatáveis em 20 anos.

Num primeiro momento, os grandes latifundiários não entenderam a manobra tática do regime, que visava unicamente desmobilizar a luta dos camponeses e ganhar alguma base de apoio popular. A Sociedade Rural Brasileira, representante maior dos interesses do latifúndio, protestou veementemente e chegou a ameaçar: "Teremos de começar a conspirar de novo".

## Medidas do regime não passavam de pura demagogia

Aos poucos ficou claro que as medidas "reformistas" do regime militar não passavam de demagogia, de mentira; que a orientação dos generais era no sentido oposto ao da reforma agrária. "Reforma Agrária é coisa de economista desocupado", diria mais tarde o superministro Delfim Neto. Para os golpistas era vital manter intacto o latifúndio, base decisiva de apoio ao regime, e incentivar a produção para exportação — conforme exigia o capital estrangeiro. Ao invés de enfrentar a questão da má distribuição da terra no Brasil, o governo tentaria contornar o problema, implantando uma série de projetos e órgãos diversionistas.

## A farsa de Tucumã

Um exemplo de farsa de colonização foi dado pelo governo militar no sul do Pará. No dia 13 de novembro de 1979, sob o constrangimento da questão fechada pelo líder da maioria, o Senado federal aprovou a alienação de 400 mil hectares de terras na Gleba Carapana, para que a Construtora Andrade Gutierrez implantasse um projeto de colonização: o projeto Tucumã, cuja concorrência fora aprovada pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (aviso n.º 044/79 de 4 de maio de 1979).

O projeto teria como objetivos econômicos e sociais incentivar, orientar e assimilar o fluxo migratório de agricultores em direção à sua área; promover, a curto prazo, o pequeno e médio agricultor; orientar a ocupação econômica da região através do aproveitamento racional dos recursos naturais e da policultura adaptada aos trópicos úmidos.

O projeto traria, também, outros atrativos que, se postos em prática, poderiam contribuir para o desenvolvimento desta região hoje isolada geograficamente devido à ruptura da estrada que liga Tucumã à PA-150. A população, em sua maioria garimpeiros do ouro, passa momentos difíceis, sem alimentos básicos, e abandonada à própria sorte.

A Gutierrez teria de dividir a área em três lotes e construir 1.200 quilômetros de estrada para servir a todos os lotes. Dos lotes demarcados, 10% seriam desti-

nados a colonos carentes, ficando o Getat encarregado de selecioná-los.

Como sede central do projeto ficou estabelecido o núcleo de Tucumã, que deveria empreender ações objetivas nos campos de educação, saúde, saneamento básico e geral, apoio técnico e creditício etc. Mas o pouco que foi feito — restrito à área da sede — acabou relegado ao abandono.

Tucumã, hoje, está abandonada à própria sorte. Na sede, todos os serviços comunitários são deficientes. Só há uma escola, que até fins do ano passado era particular e cara. Os dois hospitais existentes nas proximidades são particulares e não atendem conveniados do Inamps e do Funrural.

As vias públicas foram abandonadas e as estradas estão intransitáveis. Na área rural não existe nenhuma base de apoio. Não foram implantados os 36 núcleos comunitários previstos no projeto.

Em contrapartida, a Gutierrez retirou toda a madeira de lei da área, principalmente mogno. Está vendendo o hectare de terra nua quase pelo preço que comprou os 400 mil hectares do Incra. Após 4 anos, não existe sequer produção agrícola para a população. Na periferia de Tucumã milhares de colonos sem terra vagam agora, expulsos pela segurança da empresa com o auxílio da Polícia Federal e do Getat. (Frederico Carlos Morbach — Belém, Pará)



Colonos paranaenses chegam na região amazônica sem recursos

Nem mesmo o Estatuto da Terra, de sua própria criação, o governo aplicou. Pelo contrário, o regime militar tratou de neutralizá-lo e esvaziá-lo. O FNRA nem chegou a existir. O Plano Nacional de Reforma Agrária, previsto no artigo 34 do Estatuto, virou letra morta. A desapropriação por interesse social, também prevista na lei 4.504, raramente foi usada.

Em 1969 o IBRA foi desvinculado da Presidência da República, transformando-se numa simples autarquia subordinada ao Ministério da Agricultura, perdendo a força e o poder de decisão que lhe foram inicialmente atribuídos, bem como as fontes de recursos oriundos da União. Já em 1970, o IBRA e o INDA desaperceceram, dando lugar ao inoperante INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), também subordinado ao Ministério da Agricultura, como órgão de terceira instância executiva.

## O Incra Inverteu as prioridades do Estatuto da Terra

Imediatamente o INCRA inverteu as prioridades do Estatuto da Terra, dando ênfase unicamente à colonização. Inicia-se o período dos grandes "projetos de ocupação" da Amazônia, com a abertura da Transamazônica. Data dessa época, 1971, a criação do Proterra (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos a Agroindústrias do Norte e Nordeste), que também fazia parte do projeto de colonização.

O Proterra ressuscitou as indenizações prévias em dinheiro, liquidando na prática um avanço anterior na legislação agrária. O saldo do Proterra é lamentável: funcionou basicamente como canalizador de re-

ursos para expansão das pastagens artificiais na área, acelerando a expulsão dos trabalhadores do campo; desperdiçou recursos públicos; e confundiu a opinião pública. Só serviu para capitalizar os latifundiários da área.

No fundo, os chamados "projetos de colonização" não tinham o objetivo de assentar e beneficiar os trabalhadores sem terra. Visavam, isto sim, levar mão-de-obra barata para as regiões estratégicas de interesse do governo (Transamazônica, Carajás, Tucuruí); ocupar as terras de fronteiras (Acre, Rondônia e Roraima), atendendo às chamadas "necessidades de segurança nacional"; numa política hábil, esvaziar as lutas dos camponeses em outras áreas de tensão, deslocando famílias envolvidas em conflitos de terras contra o latifúndio.

É bastante revelador que a maioria dos "projetos de colonização" esteja localizada em áreas de mineração, regiões que não são próprias para agricultura — como reconheceu o próprio presidente do INCRA, Paulo Yocota. A preocupação maior destes projetos era abrir a região, rica em recursos minerais e agrícolas escondidas sob a floresta, para as grandes empresas, principalmente as multinacionais. A Sudam, por exemplo, utilizou 40% dos recursos públicos na construção de estradas e infra-estrutura para facilitar a exploração da área; apenas 14% foram usados na colonização propriamente dita.

Mais uma vez, os trabalhadores rurais, que segundo a propaganda oficial seriam os beneficiados pelos projetos, foram suas maiores vítimas. Hoje a maior parte das agrovilas e agrópolis, nos projetos de colonização da Amazônia, está abandonada, com os colonos esquecidos no meio da floresta.

Foto: Valdir Afonso



A casa do colono reflete as péssimas condições de vida dos migrantes em uma fronteira agrícola



O posseiro com a espingarda 20: cena comum em Rondônia

Para ilustrar, basta citar o caso recente de Cucuí, no interior do Amazonas. Um grupo de famílias de colonos, a maioria oriunda de Goiás, foi levado até o ponto de fronteira para integrar o "projeto de colonização de Cucuí". Muitas famílias chegaram ao local em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), no começo de dezembro de 1984, mas até hoje estão jogadas em Bustamante, um pequeno povoado distante de Cucuí. Na localidade não existe posto médico; os colonos, em caso de doença, têm de andar a pé uns 20 quilômetros. Há denúncias de que os trabalhadores estão passando fome, pois o plantio da roça ainda enfrenta a dura fase do desmatamento e as chuvas são constantes. O projeto não recebeu nenhum apoio, apesar das inúmeras promessas. Aos colonos foi dada apenas uma lona, que hoje serve como abrigo para as famílias sem casa.

Pouco depois, os próprios órgãos governamentais reconheceram que os "projetos de colonização" foram um fracasso e mudaram de orientação. Mais uma vez, para pior. Já no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia, a Sudam advertia para as necessidades de revisão dos objetivos de ocupação da região, anunciando que era necessário "um crescimento regional" feito através das grandes empresas. O INCRA, no seu relatório de atividade de 1975/1976, também caminhou nesse rumo.

## Empresas privadas chegam a empregar trabalho escravo

A partir daí, o regime começa a se utilizar das empresas particulares de colonização e das "cooperativas" para ocupar a Amazônia. Além de exigir pouca mão-de-obra, estas empresas chegam a escravizar os trabalhadores, que vivem em péssimas condições (ver quadro). Ou seja: o Incra, ao transferir o trabalho de colonização às empresas particulares, abre ainda mais as portas ao lucro fácil e à especulação imobiliária. A nova política só aguçava a cobiça das grandes empresas pelo domínio de vastas glebas de terra. Afinal, as empresas são incentivadas por gordos subsídios, isenções fiscais e programas especiais de crédito.

Nesse contexto surgem inúmeras superposições de títulos de propriedade ou mesmo falsificação de documentos de terra, com a cumplicidade do INCRA e dos governos estaduais, o que só aumenta e acirra os conflitos da região. Nestes projetos, os critérios de seleção são arbitrários e reina o autoritarismo sobre os colonos. Os únicos beneficiados são as grandes empresas, como Volks, Bradesco e Brascan, que compram grandes lotes de terra.

Além disto, os projetos resultam no desmatamento irracional de imensas áreas. Para as grandes empresas, o mais lucrativo é a criação de gado, e a colonização passa a ser feita "pela pata do boi", com a destruição preocupante das matas. Pesquisa de um cientista norte-americano, divulgada em 1979, estimava que 25% da mata amazônica já estavam destruídos — cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados. E alertava: se o desmatamento prosseguisse, a floresta que é considerada o "pulmão do mundo" desapareceria em 30 anos, a partir de 1980.

Em 1980, o governo novamente reconhece o fracasso de sua política. Os projetos estão na maioria ociosos, utilizando pouca mão-de-obra, servindo unicamente para especulação imobiliária. A partir daí, o governo afirma que resolverá a explosiva questão fundiária através da tributação. Mais uma vez, puro engodo! A nova sistemática de cobrança do Imposto Territorial Rural logo se mostra inócua. Além de ser branda a taxa de alíquotas, os latifundiários passam a subdeclarar seus imóveis para fugir aos impostos. Afóra isso, nota-se que o Incra não tem capacidade e nem disposição para executar os débitos fiscais. E o pior: a nova sistemática do ITR estabelece que uma simples elaboração do projeto agropecuário assegure um prazo de três anos para pagamento do imposto — o que facilita novas manobras dos latifundiários.

## Política agrária dos militares foi um fiasco completo

No cômputo geral, os resultados de todos estes "projetos de colonização" foram decepcionantes. Embora quase 250 milhões de hectares de terra tivessem sido declarados área prioritária para fins de reforma agrária até 1976, o que permitiria teoricamente o assentamento de aproximadamente 4 milhões de famílias de trabalhadores rurais, até 1978 só foram expedidos 202.800 títulos de terra e apenas 48.275 famílias foram assentadas nas áreas de colonização. A maioria destes "privilegiados" só conquistou o direito à posse da terra após muita mobilização e luta, inclusive com mortes, já que o Incra tem como política só desapropriar em último caso, quando a região está em pé de guerra.

No próximo número, a Tribuna Operária fará um balanço do aumento da violência no campo, abordando também a questão da militarização da área rural. (Altamiro Borges)



CDM

Centro de Documentação e Informação  
Fundação Municipal de Cultura

## 1.200 jovens se reúnem em Bento Gonçalves

Cerca de 1.200 jovens de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul realizaram dias 26, 27 e 28 um encontro sob o lema "Os jovens em busca de direitos e liberdade". O evento foi organizado pela União da Juventude Socialista, pela Pastoral da Juventude, Juventude do PMDB, Setor Jovem do PDT e Sindicatos dos Metalúrgicos, dos Empregados no Comércio e dos Trabalhadores na Indústria Imobiliária.

O Encontro da Juventude de Bento Gonçalves contou com o apoio da Prefeitura do município

bem como da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Foram realizados debates sobre Cultura, a atual realidade brasileira e a organização da sociedade. Ocorreu também uma tarde de troca de experiência entre os jovens, em sua maioria providos da zona rural da região. Foi organizada uma gincana cultural e tudo terminou com uma festa. O clima era de grande participação e interesse. Os debates contaram com pelo menos 700 jovens, que permaneceram até o encerramento do encontro.

## Lançada em Minas Juventude Socialista

No dia 27 de abril foi lançada no auditório da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais a União da Juventude Socialista-MG. O ato contou com a participação de mais de 500 jovens vindos em caravanas de várias regiões do Estado, que demonstravam seu entusiasmo e confiança na UJS com a palavra de ordem "Queremos construir o socialismo no Brasil". Estiveram presentes um representante da UNE, o vereador René Trindade, do PT, a UEE, o vereador Francisco Luciano, do PMDB, o secretário municipal de Cultura, Arutana Corbêlio, o deputado fe-

deral Manoel, o representante do PMDB Jovem, Jorge Possa, e o vice-presidente do PMDB-MG, Roberto Martim. Também compareceram representantes do Encontro Popular de Cultura, da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil e da União das Nações Indígenas.

Cidinha, da coordenação Nacional da UJS leu a mensagem do coordenador Geral, Aldo Rebelo, destacando a importância histórica de Minas na luta pela liberdade e conclamando toda a juventude a abraçar a luta pela democracia, a liberdade e o socialismo. (da sucursal)

## Enchentes provocam vítimas na Bahia

Mais de 300 famílias desabrigadas, somando mais de 1.500 pessoas, trinta e quatro mortos — este foi o saldo trágico de um mês de intensas chuvas em Salvador, Bahia. A cidade sofreu o grande impacto de uma precipitação de água que quase bate o recorde de 80 anos obtido em abril do ano passado, com 889,3 milímetros.

Salvador é atualmente uma cidade-verão, que não suporta as chuvas porque começa a ter suas ruas alagadas, já que o problema se repete há anos, sem medidas eficazes por parte dos órgãos governamentais. Somente nos primeiros anos na década de 80 morreram 70 pessoas vítimas das chuvas. Em 84 foram 16 e este ano o número de mortos foi superior a 34. Os bairros mais atingi-

dos são aqueles povoados por trabalhadores de baixa renda, sub-empregados e desempregados. A chuva chega nesses lugares provocando deslizamentos de terra que desabam sobre as casas. Em São Gonçalo do Retiro, por exemplo, duas casas desabaram matando duas famílias, um total de 11 pessoas, entre as quais crianças e mulheres grávidas. Quando acaba a chuva o problema são as doenças e a falta de abrigo. No dia 29 de abril dezenas de atingidos foram ao prefeito reivindicar obras urgentes para evitar a ocorrência de novas mortes. No dia 30 acompanhados pelo vereador Ney Campelo foram às ruas exigir melhores condições para abrigo das vítimas da chuva. (da sucursal)

## Viração debate Constituinte no Pará

Com a participação de dezenas de universitários, a Viração do Pará realizou nos dias 27 e 28 de abril um ciclo de debates sobre a reforma universitária, constituinte e conjuntura nacional.

Na abertura do seminário foi realizado um ato pela constituinte livre e soberana, onde os representantes da UNE (Luis Pingarilho), UMES (Afonso Celso) e da Comissão pela Legalidade do PC do Brasil (Neuton Miranda) reafirmaram a necessidade de se realizar uma ampla campanha de massa em prol dessa bandeira, que terá seu desfecho em 1986.

O representante da UNE destacou a grande importância que a mesma tem para os estudantes. Disse ainda que o governo de transição democrática que derrotou o regime militar possibilita que os universitários discutam e apresentem propostas concretas à comissão convocada pelo ministro da Educação, ressaltando a participação do ex-presidente da UNE Javier Alfaya na comissão. O veterano dirigente comunista José Duarte falou sobre a longa trajetória do PC do Brasil desde sua fundação até hoje.

(Valdez Cardel - Salvador, Bahia)

## Conselho da Fetag-Ba assiste palestra

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) da Bahia promoveu no dia 24 de abril uma palestra sobre a Constituinte para o seu Conselho, com a presença de mais de cem presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais. Os palestrantes foram Péricles de Souza, da Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil e o

advogado Jakson Azevedo, da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador. Durante a palestra Péricles expôs o pensamento dos comunistas sobre a convocação da constituinte e sua importância para a luta atual dos trabalhadores brasileiros rumo a sua libertação.

(da sucursal)

# Greve pelo trimestral atinge o transporte em São Paulo

A luta pela reposição salarial e o reajuste trimestral mobilizou as categorias enquadradas nos "serviços essenciais" de uma tal maneira nunca vista antes. No fechamento desta edição, São Paulo estava ameaçada de parar totalmente, devido às greves dos aeroviários, aeronautas, motoristas de ônibus, ferroviários e metroviários. Também prometiam aderir ao movimento os eletricitários e os trabalhadores em saneamento básico.

No dia 30 de abril os aeronautas (pessoal de bordo dos aviões) de todo o país e os aeroviários (pessoal de terra) de São Paulo entraram em greve. No primeiro dia de greve estavam praticamente paralisados todos os vôos do eixo Rio-São Paulo. Os ferroviários da Rede Federal de São Paulo fizeram uma paralisação total de advertência dia 26 de abril. Os motoristas e cobradores de ônibus da capital paulista também entraram em greve no dia 2. Na sexta-feira os metroviários, eletricitários e os trabalhadores do saneamento básico fazem greve de 24 horas.

Contribuiu para grande mobilização destas várias categorias — muitas delas sem nenhuma atividade grevista nos últimos 21 anos — o arrocho destas duas décadas e o clima de relativa liberdade criado com a Nova República. Os setores considerados de serviços essenciais ainda estão sob o tacho do decreto-lei 1.632 — criado no governo Geisel — e que proíbe os trabalhadores de fazerem greve. Na prática, na época do regime militar, várias categorias romperam com este grilhão. Mas só agora a mobilização se alastrou, tendo como ponto comum a reposição das perdas salariais e a trimestralidade. Em fevereiro foi criado em São Paulo o Pacto Intersindical nos Serviços Essenciais (PISE) visando unificar esta luta.

### CAMPANHA PELA REPOSIÇÃO

Segundo Guacyr Marson, secretária-geral do Sindicato Nacional dos Aeronautas, "há todo o novo clima de liberdade que o país vive e que despertou muito a consciência do pessoal". Osvaldo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo, acrescenta: "O trabalhador sufocado neste 20 anos estava numa panela de pressão e agora a categoria explodiu para reivindicar a reposição destas perdas todas".

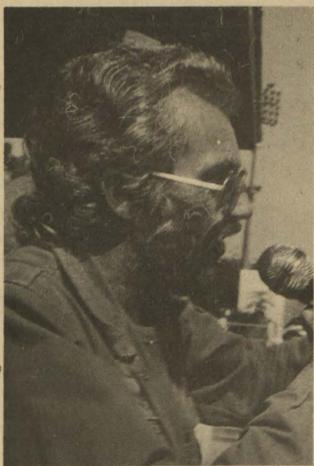


Foto Domingos Abreu  
José Nildo: contra o SNI na Rede

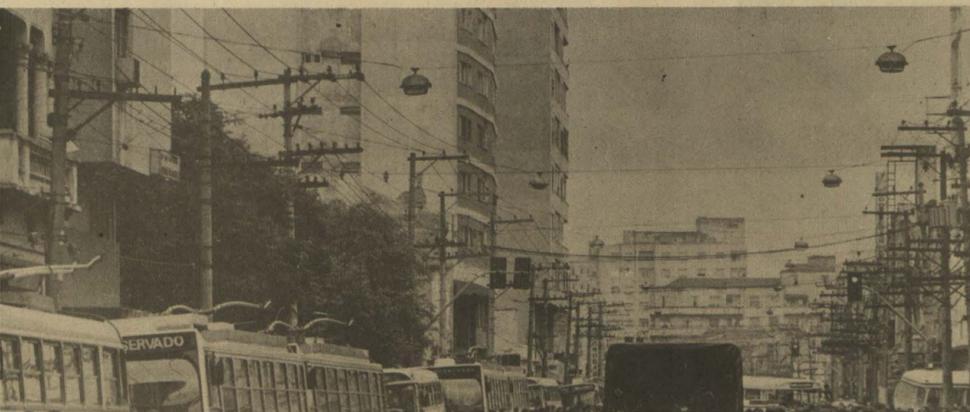


Foto César Diniz

Forte aparato policial dificultou os motoristas de pararem os ônibus



Foto César Diniz  
Assembleia dos aeroviários que aprovou a greve. Ao lado, Aeroporto de Congonhas na manhã do dia 2

Os aeroviários e aeronautas tinham marcado inicialmente a greve para o dia 23 de abril. Em sinal de respeito e pesar pela morte do presidente Tancredo Neves, as duas categorias adiaram o movimento por uma semana. Neste período ainda se tentou chegar a um acordo, mas diante da intransigência patronal, a única alternativa foi a paralisação. A convenção coletiva está aberta desde 1º de dezembro, sendo os principais itens das reivindicações: 20% de reposição salarial a partir de 1º de dezembro; 100% do INPC e trimestralidade. Depois de 40 horas de negociações, os patrões apresentaram uma contra-proposta considerada irrisória pela maioria dos trabalhadores da aviação.

Nos dois primeiros dias de greve, os aeronautas e aeroviários paralisaram quase que totalmente o tráfego aéreo no eixo Rio-S. Paulo. Ivã Hermine Barbosa, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas explica que o objetivo é impedir que os aviões decolam dos aeroportos do eixo Rio-São Paulo. "A partir do terceiro dia de greve, praticamente todo o transporte aéreo nacional estará afetado", diz ele.

### LUTA DE RESISTÊNCIA

De dezembro de 1980 a dezembro de 1984, os salários dos aeronautas e aeroviários perderam 30% do seu poder aquisitivo. Por outro lado as passagens aéreas, só no ano passado, sofreram reajustes de 330,9%, enquanto os reajustes salariais foram de 187%. Para Hélio Smidt, presidente da Varig-Cruzeiro, o acordo não aconteceu porque os trabalhadores "ultrapassaram as possibilidades das empresas nas suas exigências". Argumento falacioso, visto que os lucros líquidos, no ano passado, da Varig-Cruzeiro foram de Cr\$ 181 bilhões; da VASP Cr\$ 27 bi e da Transbrasil Cr\$ 21,9 bi. Para os grevistas, esta é uma luta de resistência. "Não estamos reivindicando nem mesmo aumentos de salários — dizem eles. Estamos pedindo reposição do que perdemos".

"O nosso salário é uma vergonha", reclama revoltado Jusceli-



Foto César Diniz

no, mecânico de manutenção, há nove anos na Varig ganhando hoje Cr\$ 900 mil de salário. "Chegamos no dia 20 e temos que pedir dinheiro emprestado, é uma humilhação", diz ele. E acrescenta: "O pessoal da SATA chega a invadir avião para pegar comida".

### GREVE DOS FERROVIÁRIOS

Os 85 mil ferroviários da Rede Ferroviária Federal de todo o país estão em campanha salarial. Nove sindicatos negociam pela categoria e o mais atuante deles tem sido o de São Paulo. Este organizou uma greve de advertência de 24 horas, dia 26. Os 10 mil ferroviários deixaram de transportar 800 mil passageiros e 20 mil toneladas de carga, na primeira greve na ferrovia após 1964.

"Hoje a categoria gritou também por liberdade", afirmou eufórico José Mendes Botelho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de São Paulo. Botelho tinha razão, pois os ferroviários passaram os últimos 21 anos sob o tacho da repressão militar. José Nildo da Silva, diretor do sindicato, explica que até 1964 "os ferroviários eram um carro-chefe do movimento sindical. Depois do golpe muitas lideranças foram perseguidas, presas e torturadas. Nas empresas colocaram agentes do SNI para identificar os trabalhadores mais combativos. E isso ainda vigora. Exigimos a sua desativação".

A greve mexeu com a categoria. "Fiquei emocionado quando vi tudo parado", comentava Mauro Bispo, ferroviário há 10 anos. Antonio Donizeti Rodri-

gues, da Comissão de Negociação, explica como foi o movimento: "Foi uma greve combativa, com adesão de 100%. As principais estações tinham piquetes de 30 a 50 pessoas. Na Estação da Luz muitos companheiros chegaram para mim e choraram, principalmente os mais velhos".

Quem não acreditava na greve eram alguns elementos da oposição à diretoria do Sindicato, ligados ao PT. Seu líder, Leonardo Morelli, candidato derrotado às eleições do Sindicato, foi à imprensa afirmar que "não se justifica uma greve antes do vencimento da data-base (1º de maio)". A categoria reivindica Cr\$ 200 mil, além do piso salarial; 120% de reajuste; trimestralidade.

Os ferroviários estavam com outra greve anunciada para a zero hora do dia 2, mas três horas antes de sua deflagração, numa assembleia com 500 trabalhadores, foi aprovada a contraproposta da Rede Ferroviária. Assim os empregados da RFFSA receberão 100% do INPC; 4% de produtividade; Cr\$ 100 mil de abono e mais o anuênio. O presidente do Sindicato, Mendes Botelho, considerou, que apesar de não ser a proposta desejada, "representava um dos melhores acordos trabalhistas ocorridos neste ano".

### OUTRAS GREVES

Dia 30 de abril, cerca de 2.500 motoristas e cobradores reunidos em assembleia, decidiram parar os ônibus a partir do dia 2. Nas primeiras horas do início da greve a paralisação estava parcial. Segundo informações do Sindicato dos Motoristas de São Paulo, Osasco e Itapeverica da Serra, cerca de 60% dos 8.900 ônibus da capital estavam parados.

Até dia 1º, as empresas particulares haviam se negado a apresentar qualquer proposta salarial e a oferecida pela CMTC foi recusada pela categoria. Segundo Pedro Paulo de Andrade, presidente do Sindicato dos Motoristas, a Transurb — sindicato patronal — "está tentando pagar para ver a greve e pressionando assim a Prefeitura para conseguir aumento de tarifa".

Os 28 mil eletricitários de São Paulo pretendem paralisar os trabalhos dia 3, junto com os trabalhadores do saneamento básico, a fim de pressionarem as empresas a negociarem as suas reivindicações. No caso dos eletricitários, seria a primeira greve do setor em mais de 40 anos. Os metroviários tem uma grande tradição de lutas e na assembleia do dia 2 o sindicato propôs entrar em greve na sexta-feira, em tentativas de acordo salarial com a Companhia do Metrô tem sido infrutíferas.

**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Corrêa

# Fiesp acuada pelas greves

A greve dos metalúrgicos do ABC e do interior paulista, iniciada no dia 11 de abril, foi alvejada na semana passada por uma forte repressão patronal. Cerca de mil lideranças grevistas foram demitidas e os empresários ainda exigiram do governo "maior ação da polícia". Mesmo assim a paralisação prossegue, arrancando inúmeros acordos em separado com redução da jornada de trabalho e aumentos reais de salário.

Vários fatores levaram a Fiesp (federação dos industriais) a agir com violência contra os grevistas. No fundo, todos indicam o desespero dos patrões com o prolongamento do movimento paredista que, além de trazer enormes perdas nos faturamentos, gerou uma grande cisão nas suas fileiras. E o que é mais preocupante do ponto de vista patronal: a greve deixou claro que o movimento operário tende a avançar na sua luta devido ao clima de liberdades instaurado com a Nova República.

Segundo levantamento da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), divulgado no início da semana, as multinacionais já deixaram de fabricar mais de 32.500 automóveis, tendo um prejuízo que ultrapassa Cr\$ 1,4 trilhão. As revendedoras de veículos anunciaram que não há mais unidades para o mercado interno e mesmo o mercado externo já foi atingido pela greve. A Volkswagen não embarcou os 2,5 mil Passat para o Iraque e a Ford não terá como cumprir a encomenda de 2,5 mil Escort para a Escandinávia. A paralisação atingiu indiretamente inclusive municípios que não aderiram ao movimento. Várias fábricas da capital deram férias coletivas aos operários, pois não há autopeças para produção.

**PATRÕES DIVIDIDOS**  
Os prejuízos ocasionados pela greve obrigaram inúmeros patrões a assinar acordos em separado, rompendo o bloqueio da intransigente Fiesp. Segundo balanço dos sete sindicatos de metalúrgicos em greve, até o início da semana foram feitos 108 acordos, abrangendo 66 mil trabalhadores (cerca de 20% dos 300 mil metalúrgicos envolvidos no movimento paredista). A maioria deles, feitos com pequenas e médias empresas, prevê aumentos salariais acima do INPC, trimestralidade e redução da jornada de trabalho — no geral, de 48 para 45 horas semanais.

Estes acordos romperam a unidade dos empresários, gerando grandes rachas internos. Roberto Della Manna, coordenador do Grupo 14 da Fiesp, afirmou que eram "lamentáveis", reconhecendo que "cada nova conquista é tomada como patamar de novas reivindicações". Os acordos assinados na Philips, do empresário Giórgio Longano (coordenador da comissão de negociação do Grupo 14), e na Coldex-Frigor, do industrial

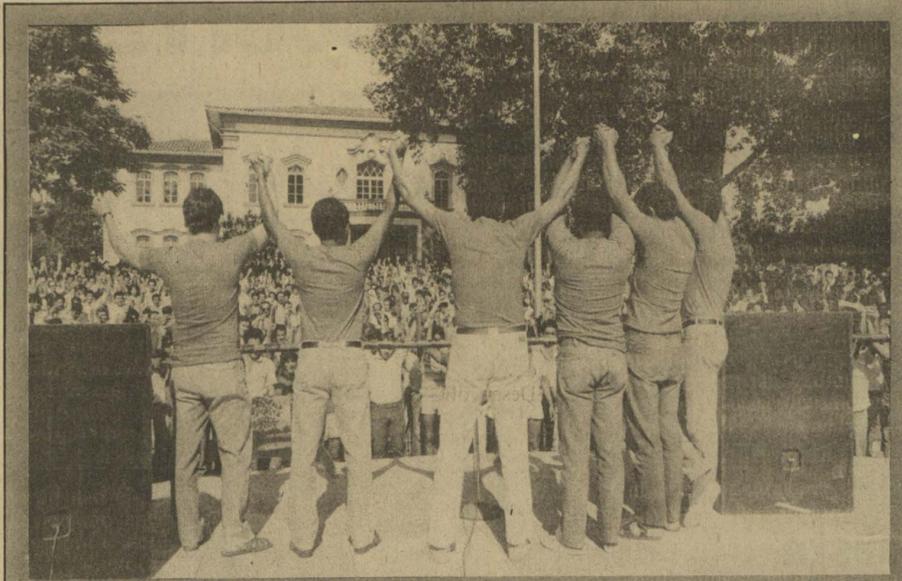
Paulo Francini (vice-presidente da Fiesp), geraram ainda maior divisão entre os patrões. Os dois empresários concederam a redução da jornada, desmoralizando de vez o argumento da Fiesp de que as empresas não têm condições de atender à reivindicação. Cada acordo assinado é considerado uma vitória pelos grevistas, que ganham maior força para prosseguir o movimento.

As vitórias já conquistadas pelos operários quebram a postura irredutível da Fiesp, que desde o início vem jogando no impasse da greve. Para os patrões, era fundamental que a greve sofresse uma dura derrota, e que desmobilizaria os trabalhadores e enfraqueceria seus sindicatos. Com isso, racionavam os industriais, açalmar-se-ia o ímpeto de combate dos operários, que conquistaram melhores condições de luta pelas medidas democratizantes tomadas e anunciadas pela Nova República.

Dividida e derrotada, a Fiesp partiu para a ofensiva. Mesmo antes da decisão do Tribunal Regional do Trabalho, que julgou a greve ilegal no dia 26, os patrões iniciaram uma operação coordenada de repressão. Em apenas três dias foram demitidos 974 operários e, segundo recomendação do presidente da Anfavea, a caçada deveria prosseguir. "A tendência é demitir todos os ativistas", afirmou André Beer, que também é diretor da General Motors. Além dos ativistas, foram dispensados cipeiros, membros de Comissão de Fábrica e diretores sindicais de base — todos com estabilidade no emprego.

Afora isso, a Fiesp jogou pesado no sentido de levar o governo estadual e o ministro do Trabalho a acionar a repressão policial. Várias reuniões, como a feita por 300 empresários do ABC paulista, criticaram "a falta de policiamento nas fábricas", tachando a ação da PM de "muito tímida" e exigindo "maior agilização da polícia na defesa da propriedade privada". A ofensiva não teve resultados positivos. Até o momento o governo do Estado mantém uma postura ponderada e o governador Montoro chegou a divulgar uma nota onde afirma que "o governo de São Paulo respeita o direito de greve dos trabalhadores".

**CONFUSÃO E CRÍTICAS**  
Nesse quadro prossegue a paralisação, que também traz em si alguns aspectos controvertidos. Desta vez São Ber-



Em Taubaté, as assembleias mais massivas: uma participação média de 10 a 15 mil metalúrgicos

## Mobilização grevista no Vale do Paraíba

Depois de 18 dias parados, os metalúrgicos de Taubaté e Pindamonhangaba decidiram suspender temporariamente a greve, na segunda-feira, dia 21. Com essa atitude, visam reabrir as negociações com o patronato e poderão paralisar o trabalho nos próximos dias caso não conquistem um acordo razoável.

"Nós queremos a readmissão de todos os 70 funcionários despedidos da Volkswagen em Taubaté durante o movimento grevista, além da redução da jornada de trabalho, trimestralidade, 100% de INPC, produtividade e outros benefícios constantes da pauta de reivindicações", explicou o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Benedito Pereira Filho.

### GREVE VITORIOSA

O balanço do movimento "é altamente positivo", conforme o diretor de base do Sindicato na Volks, João Batista. "De uma forma geral", disse, "essa foi a melhor e mais bem organizada greve que fizemos na região. As assembleias compareceram, em média, de 10 a 15 mil operários, para uma base de aproximadamente 20 mil".

"Foram as assembleias mais massivas de todas as cidades e regiões onde os metalúrgicos entraram em greve pela redução da jornada, complementa. Com exceção da Volkswagen (com 4.200 trabalhadores) e da Ford (com 3.760), todas as demais empresas de Taubaté e Pindamonhangaba chegaram a um acordo com o Sindicato — entre elas, a Villares, Confabi, Mecânica Pesada e dezenas de outras de pequeno e médio porte. "Obtivemos delas a concessão da trimestralidade, INPC integral mais 5% de produtividade e redução da jornada para 45 horas semanais", salientou João Batista.

Antes que fosse decidido o retorno ao trabalho, a Volkswagen e a Ford (únicas que, a esta altura, continuavam paralisadas) intensificaram as pressões contra os operários — a primeira demitiu 70 trabalhadores, inclusive um diretor do Sindicato e seis cipeiros, todos com estabilidade, além de empregados acidentados, em férias "e até surdos-mudos", segundo o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Benedito Pereira Filho.

nardo não é a principal direção do movimento paredista. Isto porque desde o início da greve a diretoria do Sindicato adotou a chamada "operação vaca brava", com constantes mudanças de foimas de luta, e que tem gerado confusão e críticas.

Enquanto na Volks Caminhão os 2300 operários acampam no interior da fábrica, nas pequenas e médias empresas ocorrem greves e operações tartarugas. E já nas três maiores indústrias (Volks, Ford e Mercedes), estranhamente, a direção sindical orientou os metalúrgicos a retornarem ao trabalho. Alega

que em decorrência da falta de peças, ocasionada pelas greves nas firmas de auto-peças e nas outras unidades das multinacionais, as montadoras automaticamente estão produzindo abaixo de normal. Na prática esta orientação resultou

na quebra de unidade dos metalúrgicos do Estado e na redução da força de pressão sobre o patronato. Nesta hora alguns questionam: a "vaca brava" está chifrando os patrões ou os próprios operários?" (Altamiro Borges)

### OPINIÃO

## Municiando o patronato

Como é de costume, o patronato reagiu com truculência à greve dos metalúrgicos. Demissões em massa, grande alarde da imprensa burguesa contra os operários, solicitações para que a polícia empregue mais violência e provocações de variados tipos são os meios que o empresariado, em especial os representantes das multinacionais, está utilizando para desmoralizar e minar a paralisação.

Em se tratando de um confronto de classes — apesar de todas as características e conseqüências desumanas desses atos — é, de certo modo, inevitável que assim seja. É ilusão esperar que a burguesia ceda ainda que pequena parcela dos seus fabulosos lucros sem a luta decidida dos trabalhadores.

Entretanto, isto não justifica a direção que algumas lideranças grevistas estão imprimindo ao movimento.

É imperdoável que os operários sejam conduzidos no mesmo sentido desejado pelos patrões; que as provocações sejam aceitas e respondidas com ações aventureiras; que se enverede por caminhos inconseqüentes que só podem provocar a repressão e levar os trabalhadores à desmoralização. Em São José dos Campos, por ocasião da ocupação da GM, sindicalistas influenciados pelo aventureirismo trotsquista da chamada Convergência Socialista induziram os operários a promover a desnecessária e injustificável detenção dos funcionários mensalistas. Anteriormente, os trotsquistas haviam caracterizado os piquetes e comandos de greve como "múciias". Fatos que contribuíram apenas para municiar a reação patronal — que soube usar fartamente estes dois episódios para desacreditar as reivindicações da greve dos metalúrgicos.

## Motoristas de Goiânia entram em greve

Todo o transporte coletivo de Goiânia está paralisado em virtude da greve dos aproximadamente 5 mil motoristas e cobradores iniciada a zero hora do último dia 2. A decisão de parar os ônibus foi tomada porque os patrões se recusaram a atender a reivindicação de 50% de reposição salarial. Os trabalhadores também exigem o cumprimento do acordo coletivo celebrado no ano passado, que está sendo desrespeitado pelos empresários, que não pagam o piso salarial fixado nem as horas extras.

A paralisação foi decidida na assembleia realizada na tarde do dia 1º de maio, quando a categoria demonstrou grande disposição de luta. Na ocasião o vereador Euler Ivo esteve presente, expressando sua solidariedade ao movimento grevista. O comando de greve, eleito pelos trabalhadores, trabalhou durante toda a noite do dia primeiro, conseguindo impedir a ação dos fura-greves. (da sucursal)

## Demissões em massa no Banco Auxiliar

Uma onda de demissões ameaça os trabalhadores do conglomerado Bonfiglioli, em particular do Banco Auxiliar, que já dispensou 800 funcionários. O grupo é mais conhecido por uma de suas empresas no setor alimentício — a Cica. E, neste ano, comemora 57 anos, que festeja condenando centenas de bancários ao desemprego.

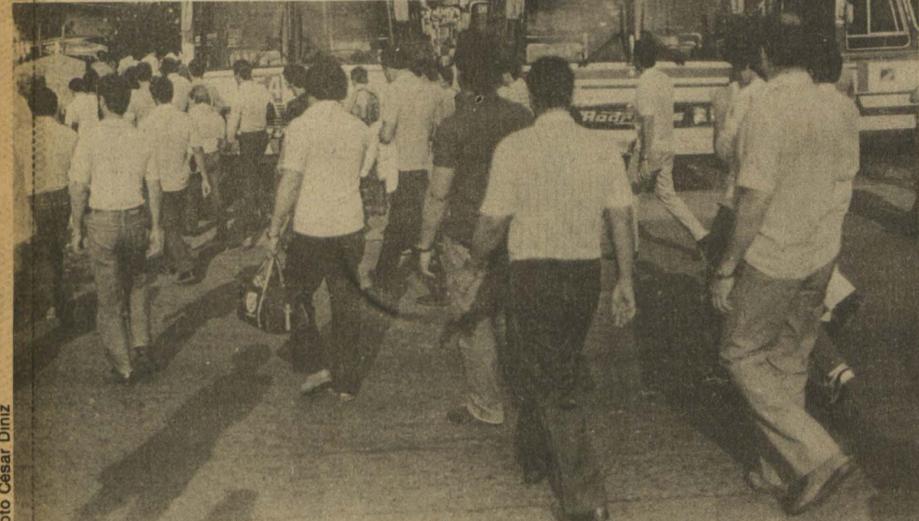
O Banco Auxiliar tem 10 mil empregados em todo o país, dos quais cerca de 50% em São Paulo. Além das demissões já realizadas, seus proprietários ameaçam os bancários com outras 1.800, sob alegação de que está havendo uma mudança de enfoque no mercado. Mas o que está realmente se verificando é uma crise de grandes dimensões, que, há pouco tempo, levou seis diretores a solicitar afastamento da empresa. Afirma-se, nos meios financeiros, que o Banco Auxiliar está a caminho da falência e também estaria sendo cobiado por um grupo italiano. Este, entretanto, exige um "saneamento" prévio, a começar pelas dispensas. De qualquer forma, está colocada a necessidade de os bancários se unirem nesta luta e, organizados, lutarem com decisão para impedir as demissões — que, sem dúvida afetarão a todos indistintamente.

## Comemorada a vitória na Standard

Os trabalhadores da Standard Eletrônica estão comemorando a vitória do movimento para evitar o fechamento da empresa, que conduziram desde o final do ano passado. De acordo com o operário Afonso Ribeiro, de 24 anos, ao mesmo tempo em que se festeja "é preciso denunciar a difícil situação ainda enfrentada pela fábrica". O pagamento dos salários atrasados — obtido depois de um contrato com a Tebrás, responsável por 80% do faturamento da Stardat — ainda é parcial.

Já o operário Eduardo Santana da Silva, 29 anos, ressaltou que a unidade dos trabalhadores impediu a gigantesca onda de demissões prevista para dezembro passado. Um outro resultado realçado foi a criação da comissão de fábrica, cujo principal líder, Galvão, frisou a importância que ela adquire na luta em torno das reivindicações dos operários. Foi criada também a Fundação dos Empregados da Standard Eletrônica (Fuese), órgão de caráter científico-social-cultural-recreativo dos funcionários, através do qual eles pretendem inclusive eleger um representante para compor o Conselho Administrativo da empresa. O dirigente da Comissão de Fábrica agradeceu o coordenador da Tribuna Operária no Rio de Janeiro, Luís Fernandes, o apoio dado pelo jornal à luta dos operários, sem o qual segundo ele, não teria sido possível evitar as demissões e o próprio fechamento da empresa.

(da sucursal)



Demissões geraram ocupação da GM, no mesmo momento em que a Volks retornava ao trabalho

### Preços válidos só esta semana

- Marx e Engels Sobre literatura e arte — 11.800
- Ideologia alemã — 8.400
- Obras escolhidas — 3 volumes — cada um 20.000
- Manifesto comunista — 4.000
- Marx — T Trabalho assalariado e capital — 4.900
- Salário, preço e lucro — 5.900
- Liberdade de imprensa — 14.000
- A origem do capital — 15.500
- Engels Dialética da natureza — 16.700
- Anti-Duhrign — 17.200
- Origem da família, da propriedade privada e do Estado — 29.000
- O papel do trabalho na transformação do homem em macaco — 4.300
- Do socialismo utópico ao socialismo científico — 8.500
- Lênin Esquerdismo, doença infantil do comunismo — 15.400
- Imperialismo, fase superior do capitalismo — 13.400
- O trabalho do Partido entre as massas — 7.800
- Sobre os sindicatos — 7.800
- O estado e a revolução — 10.300
- As 3 partes as 3 fontes constitutivas do marxismo — 8.800
- Teses de abril — 5.500
- Stálin Materialismo dialético e materialismo histórico — 6.900
- Fundamentos do leninismo — 13.800
- O marxismo e o problema nacional e colonial — 7.800
- Problemas econômicos do socialismo na URSS — 8.000
- João Amazonas Socialismo, ideal da classe operária — 4.000
- Revisionismo chinês de Mao Tsetung — 3.000
- O trotsquismo, corrente política contra-revolucionária — 500
- Enver Hoxh Albânia, 40 anos desbravando a história — 5.000
- Imperialismo e revolução — 5.000
- Relatório ao Congresso do PTA — 2.000
- História do PTA — 15.000
- Reflexões sobre China — 2 volumes — cada um — 10.000
- Discurso aos eleitores — 2.000
- Outros autores: Pula poesia do povo — Antonio Cassemiro — 5.000
- Em defesa dos direitos e da emancipação da mulher — Luísa Moraes, textos de Marx, Engels, Lênin e Auguste Bebel — 2ª edição — 5.000
- Marx, o homem, o pensador e o revolucionário — 13.500
- História da riqueza do homem — Leo Hubermann — 25.000
- Princípios fundamentais do marxismo — Plakhanov — 7.600
- Os dez dias que abalaram o mundo — 26.500
- O Brasil de hoje do ponto de vista popular — 3.000
- Itinerário de lutas do PC do Brasil — 3.000
- Revista Princípios n.º 10 — 6.000
- Assinatura anual (4 números) da revista Princípios Cr\$ 22.000
- Pedidos à Editora Anita Garibaldi, av. Brig. Luís Antônio, 317, sala 43, São Paulo, CEP 01317, com o envio de cheque nominal no valor da compra.

# Adilson Maguila, de pedreiro a campeão sul-americano de box

**“Todo campeão teve nocaute. Até o Cassius Clay teve. Precisa sentir o gosto da derrota. O que importa é a gente não desanimar. Quero chegar ao mundial”.** São declarações do campeão sulamericano de box, Adilson Rodrigues, o Maguila, um dos mais populares boxeadores do país.

Adilson é um homem de poucas palavras. Gosta de ouvir e cantar os sambas de Bezerra da Silva. Tem até alguns sambinhas de sua própria autoria. Uma pessoa vinda do povo:

— Meu pai era estivador, em Aracaju. Tinha também um sítio. Mas vivia do trabalho na estiva. Tinha força de gigante. Vinte filhos. Um, o Paulo, também era estivador, no Rio de Janeiro. Foi assassinado: 19 tiros. Eu vim pra São Paulo em 1972. Trabalhei como servente de pedreiro por dois anos. Em 1974 passei a pedreiro, fiz uma casa na Vila Zat. Trabalhei como pedreiro até depois de ser campeão brasileiro de box.

Em Sergipe não existe ringue. Maguila acompanhava lutas de box pela televisão. Principalmente as grandes lutas, transmitidas para todo o país, que envolviam Cassius Clay, Joe Frazier. Comentava com a família que gostaria de ser lutador, mas os irmãos diziam que quem lutava box ficava louco. Já o pai incentivava: “Se for raçudo que

nem o pai, você vai longe. Se for frouxo, só vai apanhar”. Adilson assumiu esse pensamento:

— Box faz bem à saúde. Desenvolve os músculos. Quem treina são os trabalhadores. Rico não treina box, só assiste. Precisa coragem. Precisa gostar. Peso pesado é quem acertar o primeiro golpe. Minha obrigação é subir no ringue e bater. Quem bate ganha a luta. Até hoje ganhei 14 lutas, 13 por nocaute. Perdi uma. E estou treinando pra próxima.

Certa vez Ralph Zumbano, o técnico de Maguila, o classificou como “um bom lutador”. Não é um pugilista ainda, pois para isso é preciso, além da técnica e talento, ter pavio comprido, uma boa consciência do mundo que o cerca e sobretudo ser humilde. O Adilson tem essas qualidades, mas ainda tem alguns conflitos a resolver. Sabe o que quer e até onde pode chegar profissional e afetivamente. Açhamos que ele tem futuro.

O campeão sul-americano



Maguila (junto com Zumbano): “Precisei sentir o gosto da derrota. Treino pra próxima luta”

so só conheceu ringue em São Paulo. Em 1979 apresentou-se a Zumbano, pedindo para treinar. Trabalhava como pedreiro e treinava, de olho no título de campeão:

— Comecei com vontade

de ser campeão, mas não sabia que chegaria lá. Quero chegar ao campeonato mundial, disputar com os norte-americanos. Quando comecei, não tinha apoio nem de governo e nem de empresa alguma. Depois

que fiquei campeão brasileiro, consegui o patrocínio de uma empresa — levou um tempão. Agora dá pra treinar melhor. Perdi uma luta. Faz parte da carreira. Estou treinando pra próxima luta. Vou lutar pra vencer.

## Um painel poético da vida no interior

**“O mundo é grande visto de qualquer lugar” — essa frase de Pai pode definir Bananeiras, ao sugerir o microcosmo que é esse lugarejo perdido à margem da Rio-Bahia, no norte de Minas, onde se desenrola a história de Jacinto, no romance-novela Pássaro Selvagem, de Roniwalter Jatobá, que a Editora Global acaba de lançar.**

Bananeiras resume a epopéia do povo brasileiro no período pré-1964. Longe do mundo, à margem da história e do processo, convivendo com a violência como parte cotidiana de sua vida. A miúda violência das perdas familiares. Havia também a passividade muda diante de assassinatos costumeiros. A indiferença ante o drama dos pau-de-arara famintos em busca do eldorado sulino. A violência e a miséria andando juntas — seja a fuga de Emília, a irmã, no Circo das Américas; ou a morte de Esperidião, o velho, nos braços de uma prostituta; à morte sob torturas dos loucos da cidade; ou o racismo do chefe político local.

Os acontecimentos políticos nacionais repercutiam em Bananeiras. Na eleição de 1961, Eleotério Bezerra, o chefe político do povoa-

do, apoiou Jânio — e “sintiantes, agregados, meeiros, criadores de gado, empregados nas roças e fazendas, todos participam de discussões, na maioria aturdidos com os indecifráveis e longínquos acontecimentos do país”.

Jânio “mudar o país”, esperavam. Sonhavam com o progresso, esta entidade mitológica que resolveria todos os seus problemas. Ao contrário, contudo, ele só lhes revelaria sua face cruel. Como no final da Segunda Guerra, quando declinou a mineração de cristal da rocha e, “no prazo de um mês só restavam alguns gatos pingados amassando barro”. Ou agora, no início dos anos 60, quando as obras da Rio Bahia atingiam Bananeiras. A estrada que deveria trazer o progresso serviria também para levar embora os filhos da terra.

Através da história de Jacinto, Roniwalter traça um painel poético e preciso da vida do povo pobre perdido nas lonjuras do interior mineiro, consumindo-se em violências contra seus iguais enquanto esperam uma solução vinda de cima para seus problemas — ignorantes de que esse potencial de luta e determinação é, na verdade, o melhor instrumento para dar o salto na história e tomar as rédeas de seu próprio destino.

Embora seja um escritor jovem, Roniwalter vem consolidando uma obra que, desde sua estréia, em 1977, compõe um painel de lutas, sofrimentos e delusões que frequentam as camadas mais inferiores e deserdadas da sociedade brasileira. O menino Jacinto, que fugiu num caminhão pela estrada que deveria ter trazido o progresso, incorpora-se à galeria de personagens de Roniwalter, enriquecendo-a. Com certeza, outros virão — sempre gente do povo — se o Roniwalter continuar tecendo essa trágica epopéia com a disposição que tem demonstrado. (Carlos Henrique)

**Roniwalter Jatobá**

**PÁSSARO SELVAGEM**

global editora

## Tribuna Operária

- Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
- Telefone: 36.7531 (DDD 011).
- Telex: 01132133 TLOBR.
- Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira
- Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
- ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luísa Pereira Lima, 237, sobrelota CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
- AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
- BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar, sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - CEP 45000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesh) - CEP 43700.
- DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302.
- CEARA - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1609 - Centro - CEP 60000. Itauçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
- ESPIRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de
- Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
- GOIAS - Goiânia: Avenida Goiás, 657 (esquina com a Rua 4), sala 201, Fone: 223-5571. Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.
- MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
- MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
- MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
- MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. Juiz de Fora: Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100.
- PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
- PARANÁ - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçadão - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 316, 1º andar - CEP 58100.
- PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428 - Fone: 234-7484 - CEP 80000. Londrina: Rua Seripe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
- PIAUI - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
- PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossogo, 221, Boa Vista - CEP 50000.
- RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alacem - CEP 59000.
- RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andrades, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias
- do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar - fundos - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20. Aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 90000. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200.
- RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Alvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Paixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.
- SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
- SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-Up, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorúes, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.



Receba em casa as informações sobre a situação dos trabalhadores do Brasil e do mundo, e a avaliação do momento político sob o ponto de vista da classe operária. Assine a Tribuna Operária, em parceria com a Campanha Nova República. A imprensa operária vive o momento do apogeu, a colaboração que os trabalhadores das cidades do campo lhe dão. Comprove você também. Faça hoje mesmo a sua assinatura, preenchendo o formulário e enviando-o ao jornal.



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Anual (52 edições)  Cr\$ 100.000
- Anual Popular (52 edições)  Cr\$ 50.000
- Semestral (26 edições)  Cr\$ 50.000
- Semestral Popular (26 edições)  Cr\$ 25.000
- Anual para o exterior (em dólares)  US\$ 70

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro: .....

Cidade: ..... CEP: .....

Estado: .....

Profissão: .....

Data: .....

Endereço a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: rua Adoniran Barbosa, 53, Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# 1º de Maio na crista das greves

Mais uma vez, as atenções do Brasil se concentraram em São Paulo durante o 1º de Maio. Sob o impacto de um potente movimento grevista, principalmente dos metalúrgicos (ver pág. 8) e do PISE (pág. 7), o dia internacional de solidariedade dos trabalhadores foi realizado na Praça da Sé, convocado pela CUT e Conclat.

O número de manifestantes poderia ter sido maior, se não fossem o mau tempo e as dificuldades para unificar o movimento (ver *Opinião* abaixo). A PM calcula que foram 20 mil. Os organizadores dizem 40 mil. Ainda assim, foi o 1º de Maio mais concorrido desde a jornada de 1980 no Estádio de Vila Euclides, São Bernardo. E o clima criado pelas greves imprimiu uma marca de combatividade à manifestação.

Não por acaso, os principais oradores do dia foram os presidentes de sindicatos cujas categorias estavam com greves em andamento ou convocadas. Foi o caso de Jair Mengueli, dos Metalúrgicos de São Bernardo, que falou como presidente da CUT. De Antônio Magri, dos Eletricistas de São Paulo, que havia decidido parar na sexta-feira, dia 3 em nome da Conclat. E de Osvaldo Ribeiro, dos Aeroviários, vindo à Praça da Sé diretamente do *front* grevista no Aeroporto de Congonhas.

O líder aeroviário, **Osvaldo**, em especial, foi ouvido

com respeito devido ao sucesso da greve nacional dos aeroviários e aeronautas — a primeira no setor desde 1963. E aproveitou para fazer uma oportuna advertência aos grupos minoritários que tentavam dividir a manifestação.

“Eu vim de uma raça sofrida — disse **Osvaldo**, que é negro. — Vim dos quilombos. E lá, quando os negros não se entendiam, eram vaiados e vaiavam; nossos avós diziam que na desunião não iam conseguir nada. Peço que estejamos juntos, que tenhamos como exemplo os quilombos e que surjam muitos zumbis! E quero dizer que, se não nos unirmos, Cut, Conclat e todos que aqui estão, inclusive os que querem me vaiar, não conquistaremos as 40 horas semanais.”

A jornada de 40 horas semanais e os reajustes trimestrais apareceram com destaque neste 1º de Maio. Eles constam das pautas de exigências de todas as categorias. Ficou claro que figurarão como pontos obrigatórios em qualquer negociação de conjunto que venha a ocorrer para adaptar a questão sindical aos novos tempos que o Brasil vive. E o reajuste do salário-mínimo para Cr\$ 333 mil foi recebido com críticas incisivas à sua insuficiência.

Antes das lideranças sindicais, falaram os representantes dos partidos políticos. E aí a tônica foi o reconhecimento — ainda que a contragosto



A presença da Conclat e da CUT juntas, se estivesse um espírito de unidade efetiva, teria trazido uma multidão ainda maior à Sé

por parte de alguns — de que o Brasil entra numa nova fase.

O próprio Lula — cujo partido decidiu desde janeiro fazer oposição cerrada ao novo governo — admitiu que este era um 1º de Maio “diferente dos outros”, porque “agora a classe trabalhadora está esperançosa de que alguma coisa possa mudar em 85”; embora, miope, tenha dito também que “a Nova República só existirá

quando a classe trabalhadora tiver o direito de comer, o direito de morar e o direito de trabalhar”.

Com forte presença entre os manifestantes, o PC do B fez-se representar ao microfone pelo operário metalúrgico João Batista Lemos. Batista recordou os milhões que saíram às ruas para homenagear Tancredo Neves dias antes, e a palavra de ordem gritada na ocasião: “O povo decidiu, democracia no Brasil”. E concluiu: “O PC do B tem a sua posição bem clara neste momento. Nós queremos a consolidação da democracia, remover os entulhos do regime militar, liberdade e autonomia sindical, direito de greve. E queremos avançar, criar as condições para o novo oprimido marchar para uma nova sociedade, socialista, sem exploradores nem explorados”.

## Em busca de ações unitárias no país

Em todo o país o esforço para a realização unitária do 1º de Maio. Em vários Estados Conclat e CUT convocaram conjuntamente as manifestações. Mas, assim como em São Paulo, ocorreram problemas com setores mais sectários, ligados ao PT, que não aceitavam ouvir oradores que não rezavam por suas cartilhas nas manifestações.

Foi o que ocorreu no Rio de Janeiro, onde mesmo com o clima frio e chuva, 15 mil pessoas compareceram à Quinta da Boa Vista para saudar a passagem do Dia do Trabalhador. Durante toda a realização do ato, trotsquistas alucinados vaiavam todos os oradores que não fossem da CUT-PT.

Em Goiânia cerca de mil pessoas participaram do ato unitário no Horto Florestal. Também em Teresina mil pessoas foram à manifestação convocada por cerca de 50 mil entidades — foi o maior 1º de Maio local, desde 1964. Setores ligados à Igreja e à CUT tentaram realizar atos paralelos, mas acabaram curvando-se ao anseio de unidade e participando do 1º de Maio unitário.

Em João Pessoa a homenagem ao presidente Tancredo Neves e a vaia ao Governador malufista Wilson Braga foram a tônica da manifestação convocada pela Comissão Intersindical Única da Paraíba. Milhares de trabalhadores defendiam suas bandeiras de luta quando surgiu o governador Braga, sendo efusivamente vaiado. Em Sergipe os artistas da terra participaram do ato convocado pelas entidades sindicais, populares e democráticas. A Bahia também realizou ato unificado, na praça municipal de Salvador.

(das sucursais)



## OPINIÃO

### Basta, companheiros!

É positivo que, pelo segundo ano consecutivo, as articulações intersindicais da CUT e Conclat tenham convocado manifestações únicas de 1º de Maio, em São Paulo e outros Estados. Mas, se houve um ato único, nem com muita boa vontade pode-se dizer que tenha sido unitário.

Desde a preparação, cada grupo tratou de fazer o seu cartaz e os seus panfletos — o que já não cheirava bem. E nas reuniões preparatórias, embora não houvesse discordância quanto às palavras de ordem do 1º de Maio, a concorrência por espaços foi de impressionante mesquinha.

O resultado foi que, na manifestação, em vez de lembrar as bandeiras dos trabalhadores unidos, parecia que a preocupação dominante era pôr em relevo essa ou aquela articulação, conforme o gosto do freguês.

Essa mentalidade, que deve ter arrancado suspiros de alívio do patronato, foi levada ao ápice por certas alas do PT, com destaque para os grupos trotsquistas. Embora formassem quando muito uns 5% dos presentes, e em grande parte nem trabalhadores fossem, esses inimigos da união dos explorados contra o capital fizeram o que puderam para impedir o brilho do 1º de Maio. Vaiaram, sem exceção, todos os oradores que não rezassem estritamente pela sua cartilha. Vaiaram até um minuto de silêncio em memória de Tancredo Neves, proposto pelo coordenador do ato. Chegaram,

no final, ao requinte de vaiar o Hino Nacional, provocando a indignação de muito trabalhador simples e sem partido que assistiu à cena.

Que os trotsquistas trabalhem nessa linha é compreensível. Eles são assim mesmo. Essa é sua razão de ser. Não têm jeito. Mas não se admite que a CUT e a Conclat — que representam ou ao menos propõem-se a representar setores ponderáveis dos trabalhadores — se deixem arrastar para uma rivalidade que mais parece a concorrência entre capitalistas.

Basta, companheiros! Já passou a hora de os sindicalistas merecedores deste título se darem conta de que nessa disputa perdem sobretudo os trabalhadores, e só os patrões têm a ganhar.

Já passou a hora de perceberem que a força imensa dos explorados, nestas condições, é em grande parte desperdiçada em iniciativas esparsas, ou, pior ainda, em disputas entre os próprios trabalhadores.

Em todo caso, antes tarde do que nunca. Os trabalhadores ainda esperam que seus dirigentes sindicais criem juízo. Naturalmente, é direito legítimo de cada um manter suas opiniões próprias e lutar por suas idéias. Mas não podem, decididamente, colocar isso acima dos interesses unitários dos assalariados. É preciso lembrar que, enquanto sindicalistas, são representantes de suas categorias, que têm interesse objetivo na unidade e não sejam profundamente por ela.

## Olho vivo: está voltando a tradição da "Internacional"

O 1º de Maio deste ano em São Paulo restaurou uma tradição do movimento operário que a ditadura militar havia interrompido: novamente soaram na praça pública os acordes da “Internacional”, hino dos trabalhadores do mundo inteiro, composto pelo operário e revolucionário francês Eugene Potier, um dos deputados da Comuna de Paris, há mais de cem anos.

O coro foi puxado pelo grupo de música “União e Olho Vivo”, que dedicou a apresentação “ao heróico povo da Nicarágua”. Os manifestantes, na maioria, nem sequer conheciam a “Internacional” e só aos poucos alguns começaram a engrossar timidamente o coro, seguindo a letra impressa e distribuída na hora. Mas o refrão, vibrante e mobilizador, repetido várias vezes no final da apresentação, terminou entoado por várias milhares de vozes: “Bem unidos façamos desta luta a final, por uma terraseamos, a Internacional”.

**LUTA SEM FRONTEIRAS**  
Ao lado do hino dos trabalhadores do mundo, outras



O grupo “Olho Vivo”: no refrão, milhares de vozes

iniciativas ajudaram a realçar o caráter internacional da manifestação. Foi dada a palavra a um representante da Central Única dos Trabalhadores do Chile, que finalizou seu discurso com um “fora Pinochet” acompanhado pela grande massa dos presentes. Foi aprovada, por aclamação, uma nota exigindo o “imediatíssimo rompimento das relações do Brasil com o regime fascista de Pinochet”. E compareceu ao

palanque o ministro das Relações Exteriores do governo popular de Timor — Leste, que resiste bravamente à agressão armada da ditadura militar indonésia.

Isto ajudou a conferir ao ato o caráter próprio de sua natureza — a manifestação de uma luta que não conhece fronteiras, irmanando os trabalhadores de todos os continentes contra o odiado sistema capitalista.

Foto César Diniz

Foto César Diniz

Foto César Diniz

Foto César Diniz

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois